ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 – Série VII – N.º 536
5 de Abril de 1984

Preço: 20$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português · Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX · Tel. 76 97 25 – Telex 18390 · Composição e impressão – Heska Portuguesa · Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

ASSEMBLEIAS DAS ORGANIZAÇÕES

- **A 1.ª Assembleia do Comité Local de Lisboa comprovou a força e desenvolvimento de uma organização com 15 mil militantes estruturados em 730 organismos que abrangem as 53 freguesias da capital**
- **No próximo domingo, realiza-se a 1.ª Assembleia da organização concelhia de Vila Nova de Gaia**
- **Inaugurado o novo Centro de Trabalho de Montemor-o-Novo**

2.ª Conferência Nacional do Ensino Superior

- **Aprovado *Manifesto* com propostas de acção imediata que a JCP coloca ao debate de todos os estudantes**
- **Dinamizar a discussão sobre questões orgânicas até ao 2.º Congresso da JCP marcado para Dezembro**

A OFENSIVA DE MASSAS

VINTE MIL TRABALHADORES MANIFESTAM-SE EM S. BENTO

Vinte mil trabalhadores desfilaram na segunda-feira até S. Bento protestando contra a prisão de 285 activistas e dirigentes sindicais que entretanto começaram a ser julgados

S. PEDRO DA COVA
VITÓRIA APU

Nas eleições para a Assembleia de Freguesia de S. Pedro da Cova a APU subiu de 3085 para 4379 votos, de 8 para 13 mandatos (em 19) e conquistou 64% da votação total; o PS desceu de 2766 votos para 1524 e perdeu 3 mandatos; o PSD desceu de 1548 para 761 votos e perdeu 2 mandatos; o CDS desceu de 290 para 169 votos e continuou sem mandato nenhum

Pág. 6

DESEMPREGADOS MARCHAM DE GRÂNDOLA A SETÚBAL

Cinco mil trabalhadores concentraram-se em Setúbal após a marcha de desempregados que na quinta-feira partiu de Grândola

SEMANA

28
Quarta-feira

O plenário nacional da CGTP-IN, reunido em Lisboa, decide intensificar as formas de luta contra o Governo PS/PSD, nomeadamente com a realização de uma grande jornada nacional de protesto num futuro próximo; entretanto são presos mais 52 sindicalistas à porta da residência oficial de Mário Soares ■ A SIP do PCP divulga um comunicado em que sublinha que os acordos do Governo com os EUA não vinculam o povo português pelo que a sua anulação deve ser inscrita entre os grandes imperativos nacionais ■ Os trabalhadores da Anop rejeitam em plenário qualquer processo de despedimento colectivo na empresa ■ Mário soares elogia a RFA por aceitar a instalação de mísseis dos EUA no seu território ■ O Panamá e a Guatemala desmentem os EUA, afirmando que não participam nas manobras militares «Granadero-I» programadas para a América Central ■ É oficialmente anunciado em Israel a realização de eleições gerais em 23 de Julho próximo.

29
Quinta-feira

Contra a fome

A polícia prende mais 57 sindicalistas junto à residência oficial de Mário Soares, elevando a 222 o número de responsáveis sindicais levados a tribunal por pretenderem marcar uma audiência com o Primeiro-Ministro ■ Termina a visita a Portugal de Helmut Kohl ■ A AR rejeita o projecto-lei do CDS para a concessão de canais de televisão a entidades privadas ■ O episcopado português apela aos governos de Portugal e da Indonésia para que se empenhem em pôr termo «à dolorosa situação de Timor oriental» ■ Trabalhadores agrícolas do distrito de Setúbal iniciam em Grândola uma marcha de fome com destino a Setúbal ■ Começa em Lisboa o III Congresso da UGT ■ Eleva-se a seis o número de pessoas assassinadas pela polícia de Pinochet durante a jornada nacional de protesto realizada no Chile no passado dia 27

30
Sexta-feira

Sindicalistas presos

A PSP prende mais 63 sindicalistas, elevando para 285 o número de representantes dos trabalhadores detidos por quererem expor a Mário Soares os problemas do desemprego e dos salários em atraso ■ Chegam a Setúbal os trabalhadores agrícolas que participaram na marcha contra a fome e o desemprego ■ O PCP acusa o Governo de prosseguir a ofensiva para «desfigurar radicalmente o poder local democrático» através da publicação de mais três decretos-lei do «pacote» autárquico ■ O presidente da UGT, Miguel Pacheco, abandona os trabalhos do Congresso da dita, devido à «ingerência dos partidos políticos» na organização; referia-se, claro, ao PS e ao PSD ■ Professores e alunos manifestam-se em Lisboa contra o sistema escolar e o ministro da Educação ■ Greve geral no sul do Líbano contra a ocupação israelita ■ Pelo terceiro dia consecutivo registam-se manifestações no Chile, violentamente reprimidas pela polícia ■ É anunciado nos EUA que o Senado aprovou novo financiamento de 64,7 milhões de dólares para apoio militar a El Salvador; entretanto continuam por divulgar os resultados oficiais das «eleições» de domingo passado em Salvador.

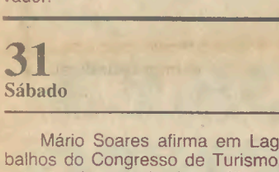
31
Sábado

Mário Soares afirma em Lagos, no encerramento dos trabalhos do Congresso de Turismo do Algarve, que a anunciada estação de rastreio de satélites norte-americana não ficará no Algarve, mas que espera uma «corrente turística» dos EUA; o 1.º Ministro não esclareceu onde será instalada a referida estação ■ Mota Pinto afirma em entrevista à Rádio Renascença considerar «desejável» a revisão constitucional, sobretudo no que se refere ao quadro económico e à irreversibilidade das nacionalizações ■ Começa na Voz do Operário a 1.ª Assembleia da Organização do Comité Local de Lisboa do PCP ■ Saem do Líbano os últimos elementos do contingente francês ■ Um navio japonês choca em Porto Corinto, Nicarágua, com uma mina; a sabotagem das águas, com que se pretende levar a cabo um bloqueio económico, é da responsabilidade dos EUA ■ A CEE decide em Bruxelas baixar os preços da produção agrícola dos países membros para o período 84/85.

1
Domingo

A APU ganha as eleições em S. Pedro da Cova, obtendo maioria absoluta; de 8 mandatos passa para 13, recolhendo 64 por cento dos votos; o PS perde 3 mandatos e o PSD 2 mandatos ■ Uma delegação do PCP, integrando Álvaro Cunhal e Sérgio Vilarigues, parte para a República Popular de Angola ■ O governador de Macau anuncia que as eleições para a respectiva Assembleia Legislativa se realizam em Julho ■ Termina o Congresso da UGT com a aprovação de um programa que prevê, entre outras coisas, a criação de um «banco cooperativo» ■ A CGTP-IN anuncia que existem mais de meia centena de pedidos de audiência ao Governo que não obtiveram ainda resposta ■ O presidente das Honduras expulsa as chefias militares do país, com excepção do comando da Força Aérea, no que é considerado um «um golpe de estado preventivo» ■ O administrador do Instituto para as Obras Religiosas, Banco do Vaticano, é notificado para se apresentar em Tribunal para responder num caso de apropriação «indevida e agravada» de crédito.

2
Segunda-feira


Presidente da Áustria

Começa no Tribunal de Polícia o julgamento dos primeiros 50 activistas sindicais presos por pretenderem ser recebidos por Mário Soares; entretanto, mais de 20 mil trabalhadores do distrito de Setúbal concentram-se em S. Bento repudiado as prisões e exigindo a marcação de audiências ■ Ramalho Eanes recebe o presidente da Áustria, a quem manifesta o desejo de desanuviamento na Europa ■ Álvaro Cunhal denuncia em Luanda a campanha anti-angolana desenvolvida em Portugal, em especial nos órgãos de comunicação social estatizados ■ George Shultz confessa que a retirada dos *marines* do Líbano representa uma derrota para a diplomacia da Casa Branca ■ A URSS e a Etiópia divulgam um comunicado conjunto, no termo da visita do presidente etíope à URSS, em que manifestam total identidade de pontos de vista face à actual conjuntura internacional ■ O primeiro-ministro francês chega ao Chade para conferenciar com Hissène Habré e passar revista às tropas francesas ali estacionadas para apoiar o regime

3
Terça-feira

Jaime Gama informa que o acordo luso-francês sobre a base de rastreio de mísseis nas Flores foi alargado de sete para 12 anos ■ A Associação dos Inquilinos Lisbonenses é recebida pelo secretário do Cardeal Patriarca de Lisboa, a quem expõe as suas preocupações sobre os aumentos das rendas de casa ■ Os trabalhadores da Câmara de Loures, reunidos em plenário, repudiam a atitude dos vereadores do PS e ex-AD que provocam falta de *quorum* nas reuniões do executivo, impedindo a resolução de graves problemas que os afectam ■ Um «Comité Militar Regenerador» assume o poder na Guiné-Conakry na sequência de um golpe de Estado ■ A Farabundo Martí de Libertação Nacional denuncia um plano terrorista preparado pela CIA e pelos serviços secretos hondurenhos para assassinar dirigentes guerrilheiros salvadorenhos.

Editorial

S. PEDRO DA COVA — UMA VITÓRIA, UMA LIÇÃO

A importante vitória da APU e a esmagadora derrota dos partidos da coligação governamental (PS e PSD) e do CDS, no último domingo em S. Pedro da Cova, encerra uma lição de que devem extrair-se necessárias e mais gerais conclusões políticas.

A passagem de uma maioria relativa a uma maioria absoluta substancial naquela populosa freguesia do Distrito do Porto, tal como o fenómeno idêntico registado na freguesia de Redondo no Distrito de Évora, em 26 de Fevereiro, e como os resultados de sete outras eleições autárquicas suplementares já no ano corrente — nas quais a APU foi a única força que aumentou a sua votação —, mais do que a sua expressão numérica valem como barómetro de uma deslocação de forças de sentido inconfundível a favor de uma alternativa democrática de política e de governo à política actual e ao Governo actual.

O X Congresso do PCP em Dezembro assinalou-o de maneira irrefutável na conclusão do exame aprofundado da situação do País, afirmando que, «a redução da base de apoio do Governo PS/PSD conduzirá este Governo ao fracasso porque é inevitável que se acentuará cada vez mais em virtude do agravamento da situação económica e social».

Esta conclusão foi reafirmada pelo Comité Central do PCP quando, no Manifesto saído da sua Reunião de 13 de Março, proclama:

«A maioria esmagadora da população é directamente atingida pela política do Governo e está contra ele. O movimento operário e popular é poderoso.».

A importante vitória da APU nas eleições de S. Pedro da Cova confirma a justeza das conclusões do PCP, constitui um incentivo poderoso e abre perspectivas novas e favoráveis para maiores vitórias do movimento popular e democrático e novas e maiores derrotas da coligação governante e da sua política de direita e de desastre.

Os resultados vitoriosos da eleição de S. Pedro da Cova são tanto mais de salientar quanto se acentua a ofensiva reaccionária capitaneada pelo Governo PS/PSD contra o Poder Local democrático no plano político e legislativo — componente da nova fase da contra-revolução que visa a destruição das conquistas democráticas do 25 de Abril e a restauração do poder dos monopólios e dos latifundiários associados ao imperialismo.

O Governo sente o terreno fugir-lhe debaixo dos pés e intensifica o assalto às conquistas fundamentais da Revolução.

A pérfida manobra para apear a maioria APU na Câmara de Loures, cujas sessões nas últimas semanas têm decorrido debaixo do cerco da polícia de intervenção como elemento intimidativo de pressão, o esboço de manobra idêntica contra o Município APU da Amadora e as ameaças que se desenham contra outras autarquias de maioria relativa APU, mostram que o Governo PS/PSD não hesita em recorrer a métodos inconstitucionais e violentos para tentar impor, com aberta violação da legalidade democrática, a sua hegemonia no poder autárquico.

Em conexão com a tentativa de assalto às posições da APU nos órgãos autárquicos o Governo Soares/Mota Pinto, ao arrepio da vontade da imensa maioria dos eleitos das autarquias locais, mesmo da área do Governo, avança com novas leis inconstitucionais que, a serem levadas avante, destruiriam por completo a autonomia da administração local, restabeleceriam o controlo absoluto do Poder Central, descaracterizariam a sua feição essencialmente democrática, reduziriam à irrisão a representação popular.

O novo pacote autárquico, agora publicado no «Diário da República», transfere para os órgãos de Poder Local competências até agora do Poder Central sem lhe atribuir correspondentemente recursos para lhes fazer face.

Com a nova lei o Governo introduz de facto a completa insegurança orçamental e financeira dos órgãos autárquicos, impossibilita-os para o futuro de planear e realizar projectos a médio e a longo prazo em benefício das populações.

A derrota de S. Pedro da Cova, na sequência de outros insucessos da coligação PS/PSD nas eleições autárquicas realizadas já no decurso de 1984, constitui um severo aviso aos que, empenhados numa nova ofensiva da contra-revolução, organizam a completa destruição do Poder Local democrático que a Constituição consagra.

A lição de S. Pedro da Cova é instrutiva e concludente.

No plano social cresce a resistência e a luta dos trabalhadores contra as medidas antioperárias do Governo PS/PSD, contra o desemprego, contra o roubo dos salários, contra a subida do custo de vida, contra os novos aumentos de preços que estão na forja.

Com crescente firmeza os trabalhadores respondem com a sua luta ao atear da repressão, aos novos surtos fascizantes contra o movimento operário e sindical, à farsa da «concertação social» por meio da matraca, que Soares, Mota Pinto e o grande patronato, com a ajuda dos lacaios da UGT, querem instituir como forma de «diálogo» com os trabalhadores.

A imponente manifestação de segunda-feira de mais de 20000 trabalhadores de Setúbal junto da residência do Primeiro-Ministro como protesto contra as acções repressivas de natureza fascizante desencadeadas contra mais de 260 dirigentes e activistas sindicais que queriam expor ao Primeiro-Ministro a situação de miséria em que vivem e a completa falta de medidas do Governo para repor a legalidade e a ordem no mercado do trabalho é significativa e deveria fazer reflectir governantes minimamente responsáveis.

O Governo PS/PSD e pessoalmente o Primeiro-Ministro mostram, porém, a sua verdadeira fisionomia de classe ao recusarem ouvir trabalhadores que, trabalhando, produzindo mais-valia, estão há longos meses inconstitucionalmente privados de salários.

O Primeiro-Ministro e secretário-geral do PS outras respostas não encontra para trabalhadores a quem a fome invadiu os lares senão as que lhe inspiram a sua arrogância e os rasgos fascizantes da sua política.

Às reclamações profundamente humanas e sentidas, responde Soares com a repressão, as detenções em massa, os procedimentos judiciais dignos de uma mentalidade reaccionária. Mário Soares assume-se como um verdadeiro gendarme do movimento operário e popular que os trabalhadores portugueses em geral e os trabalhadores socialistas em particular não deixarão de justamente classificar.

O cariz reaccionário da política de Soares, Mota Pinto & C.ª é um aliciante à penetração imperialista em Portugal, aos interesses de rapina do capital financeiro, à obtenção do lucro máximo pelos grupos multinacionais.

A ofensiva de espoliação dos trabalhadores e das classes e camadas intermédias da população, o esmagamento das pequenas e médias empresas industriais e comerciais, a destruição das pequenas e médias explorações agrícolas e pecuárias são objectivos comandados pela alta finança internacional e pelos grandes capitalistas portugueses expropriados pelo 25 de Abril.

Em 1983 fecharam as portas mais de 47000 pequenas empresas e já no ano em curso o ritmo das falências intensificou-se. A reconstrução acelerada dos latifúndios opera-se através da intensificação do roubo de terras e bens das UCPs/Cooperativas e da ruína de milhares de agricultores.

A escalada do custo de vida é outra das condições necessárias da acumulação capitalista.

Nos meses de Janeiro e Fevereiro deste ano relativamente a igual período do ano transacto e segundo os dados oficiais que pecam normalmente por defeito — os preços no consumidor subiram de 30,3% e só no capítulo da alimentação 33,9% contra 19,8% no ano passado relativamente a 1982.

Novos aumentos no pão, no leite, nos transportes, nos combustíveis, que a força do movimento de massas tem podido travar até agora obrigando o Governo a recuar momentaneamente, e apesar dos desmentidos do Conselho de Ministros a rumores oriundos dos próprios círculos da coligação, sabe-se que estão nos projectos governativos a curto prazo. A escalada do desemprego está implícita na ofensiva contra o sector público e nacionalizado comandado pelo FMI e nos projectos de entrega das principais empresas dos sectores básicos da nossa economia aos grandes grupos financeiros dos Estados Unidos e da RFA.

A submissão abjecta dos actuais governantes à estratégia de guerra nuclear dos Estados Unidos selada pela visita de Mário Soares a Washington é outra faceta da política antipopular e antinacional do Governo PS/PSD.

Correr com este Governo, pôr termo a esta política, formar em seu lugar um governo democrático que execute uma verdadeira política de salvação nacional são exigências que não podem ser proteladas por muito mais tempo. Constitui a tarefa política imediata e mais importante do movimento popular e democrático.

Dinamizar o movimento operário e popular de massas é uma condição essencial para uma mudança de política e de governo — tomar a iniciativa política para as grandes decisões institucionais é uma necessidade impreterível das forças democráticas.

As comemorações do X Aniversário do 25 de Abril e do Primeiro de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, poderão constituir passos de importância decisiva para se conseguir uma alternativa democrática à política e ao Governo PS/PSD.

A vitória e a lição de S. Pedro da Cova darão frutos. Novos êxitos estão ao alcance do nosso povo. Correr com o Governo Soares/Mota Pinto tornou-se uma exigência nacional.

O X Aniversário do 25 de Abril

A comissão de democratas que tem nos últimos anos assegurado as comemorações do 25 de Abril em Lisboa tem já em execução um programa de iniciativas para o X Aniversário da Revolução que culminará com um grande desfile no próprio Dia da Liberdade, do Marquês de Pombal ao Rossio, e que terminará aqui com uma gramde concentração e comício.

Na última segunda-feira, num jantar volante que reuniu cerca de 150 participantes foi dado a conhecer o programa de realizações que a comissão se propõe fazer.

Hoje, quinta-feira, às 18.30 horas, será descerrada na parede da Cadeia do Aljube uma lápide assinalando a efeméride e no acto usarão da palavra Gualter Basílio, Piteira Santos e Dias Lourenço, acto a que é de esperar grande afluência de democratas.

No dia 9, no teatro S. Luís, realizar-se-á um espectáculo com Carlos do Carmo, para o qual estarão à venda os bilhetes na bilheteira e pela própria comissão.

No dia 11 efectuar-se-á na livraria do «Diário de Notícias», ao Chiado, uma venda de livros patrocinada pela Associação Portuguesa de Escritores na qual das 15 às 19 horas estarão inúmeros escritores que à iniciativa deram a sua adesão, a autografarem os seus livros.

No dia 13, nas ruínas do Carmo, haverá uma sessão de Fados de Coimbra com início às 21.30 horas.

Finalmente no dia 25 a evocação de massas do X Aniversário do Movimento vitorioso dos jovens Capitães de Abril, destinado a tornar-se uma poderosa jornada de luta pela democracia, pela liberdade e pela defesa dos ideais de Abril.

Comemorações populares no Porto

● *Sob o signo da defesa do regime democrático*

À semelhança de anos anteriores, a comissão promotora das comemorações populares do X Aniversário do 25 de Abril, constituída por grandes colectividades da cidade do Porto — Cooperativa Árvore, Cine Clube do Porto, Fitei, Grupo dos Modestos, Seiva Trupe, TEP, Unicepe e Coral de Letras da Up,) lançou um apelo que norteia o espírito das comemorações deste ano e que se baseia nos princípios de que a acção dos militares de Abril é já hoje património da imensa maioria do nosso povo e de que o regime democrático e os ideais e conquistas de Abril são o único caminho para a resolução dos problemas nacionais e que por ele trilhará o povo português.

Pela reafirmação destes princípios a comissão promotora convidou todas as organizações sindicais, cívicas e populares a mobilizarem-se e participarem no programa das comemorações, tendo já recebido, entre muitos outros, o apoio da União dos Sindicatos do Porto e de dez dezenas de sindicatos e comissões de trabalhadores, da Federação das colectividades do Distrito do Porto e da URAP, por exemplo.

O programa inicia-se com um espectáculo na Ribeira, a realizar na noite de 14 de Abril, que culminará com um fogo de artifício. Como já é hábito na noite de 24 de Abril, na Baixa da cidade, será comemorada a passagem do ano da liberdade, espectáculos que integram diversas formas de expressão artística, nomeadamente um diaporama e fogo de artifício.

No dia 25 de Abril a Baixa será ininterruptamente animada com vários tipos de actividades lúdicas e artísticas de que destacamos a manhã infantil, a corrida da liberdade, uma prova de ciclo-turismo e a final do festival da canção «Juventude, voz de Abril». Durante a tarde deste dia acontecerá uma grande festa popular e um cortejo de carros alegóricos cujo tema é a Constituição e as conquistas de Abril.

Representantes da Sociedade Portuguesa de Autores, Associação Portuguesa de Escritores e Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, elaboraram o regulamento dos Jogos Florais e designaram o respectivo júri. Ciclos de conferências e colóquios fazem parte deste programa, estando já definido um conjunto de colóquios sobre o tema: «Literatura e guerra colonial». Um cartaz da autoria de Armando Alves e uma medalha comemorativa de José Rodrigues, estão neste momento a ser ultimados. Artistas plásticos da cidade realizarão um painel colectivo.

Os preparativos, em adiantada fase de execução, têm decorrido com uma elevada participação e empenhamento de numerosos artistas e intelectuais da cidade do Porto.

«O PCP e o 25 de Abril»

● *Hoje, colóquio no Vitória*

«O PCP e o 25 de Abril» — é o tema de um debate a decorrer hoje, quinta-feira, às 21 horas, no Centro de Trabalho Vitória em Lisboa.

Contando com a participação do camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC, neste debate serão analisadas as grandes transformações operadas na sociedade portuguesa após o 25 de Abril.

Em foco estarão também as grandes conquistas do nosso povo e a contribuição decisiva do PCP para a sua realização e para a sua defesa face à ofensiva de recuperação capitalista, latifundista e imperialista levada a cabo pelos governos de direita nos últimos oito anos.

63.º aniversário do PCP comemorado na Hungria

Em Budapeste, num ambiente de festa, dos bolseiros portugueses comemoraram o 63.º Aniversário do PCP.

O convívio, que teve a participação de camaradas do PSOH e de estudantes de outras nacionalidades, compreendeu dum serão cultural com canções portuguesas e a intervenção política de um dos bolseiros portugueses, de um camarada do Uruguai e do camarada Harsanyi Ivom, da Escola Superior do PSOH.

Mais de 90 pessoas assistiram à festa que acabou por resultar numa interessante jornada de solidariedade internacional e exaltação do PCP e da luta do Povo português.

boletim emigração — Março – Abril • 1984 • n.º16

Comentário

A Secretária de Estado da Emigração do Governo PS/PSD parece querer inscrever o seu nome no famoso "Livro dos recordes", como sendo o membro de governo que, em todo o mundo, consegue dizer os maiores disparates em menos tempo.
No 10 Governo da "AD", Manuela Aguiar passou o cálculo do número de portugueses no estrangeiro de 2.756.460 em Janeiro de 1980 para 3.516.811 em 981. No governo PS/PSD, voltou a passar ea se cálculo de 3.581.393 em Outubro de 1982 para 5.800.000 em Janeiro de 1984.
A tragédia nacional que tem representado o exaltramento de milhões de portugueses, não se torna maior nem fica diminuída pelo ridículo poder multiplicador demonstrado pela Sra. Secretária de Estado.
O que tais "cálculos" provam é a falta de seriedade dos governos "AD" e PS/PSD a que Manuela Aguiar tem pertencido, já desacreditados por desenvolverem uma política que esquece os emigrantes e leva Portugal à ruína.
O que fica provado são os objectivos antidemocráticos de quem diz querer dar o direito de voto aos emigrantes nas eleições presidenciais, para poder inventar eleitores à sua vontade.
A derrama do governo PS/PSD e a formação de um Governo Democrático de Salvação Nacional é condição indispensável para que os direitos dos emigrantes possam vir a ser reconhecidos.

25 Abril
X Aniversário

Há 10 anos os emigrantes saudaram o derrube da ditadura fascista com manifestações de rua e concorridas reuniões nas mais importantes comunidades.

A libertação dos presos políticos e a dissolução da Pide/DGS, o programa do MFA e o povo nas ruas de Portugal acenderam a esperança no peito dos emigrantes. Os cravos levaram a notícia da Revolução a todo o mundo, tornando-se o símbolo da liberdade e da dignidade nacional reconquistada e também da unidade e fraternidade que as tornara possíveis.
Foram milhares os que, largando tudo, regressaram dis postos a ajudar a construir um Portugal novo. Centenas de milhar visitaram-no pela primeira vez desde que tinham emigrado. Foi e com timua a ser com orgulho que os emigrantes recebem os militares de Abril que os visitam.

A propaganda da reacção e a política destruidora, de miséria e ruína prosseguida pelos sucessivos governos do PS/PSD e CDS fizeram renascer o descontentamento e a dúvida. E com amargura e revolta que os emigrantes se sentem cada vez mais esquecidos assistindo ao desmantelamento da economia nacional e ao agravamento das condições de vida do povo, para benefício de um punhado de grandes monopolistas, de grandes senhores da terra e para a satisfação dos interesses do imperialismo americano.
Mas os cravos não murcharam.
O 25 de Abril alterou radicalmente a perspectiva de vida dos emigrantes. Não só dos 600 mil que abandonaram o país de salto mas também de muitas centenas de milhar de outros que nunca antes tinham acreditado no regresso.

É por isso que o seu X aniversário será assinalado também na emigração com as maiores comemorações de sempre.
Prosseguindo uma política marcada por cargas policiais contra trabalhadores que exigem o pagamento dos seus salários e pela criação de serviços de informações virados para a perseguição dos opositores a esta política, o governo PS/PSD reassume os traços que caracterizavam os governos de Salazar e Caetano e constitui uma ameaça real para o 25 de Abril.
Nos dias que correm é o 25 de Abril que está em jogo e com ele a possibilidade real de regresso dos emigrantes.
Confrontado com a luta dos trabalhadores, dos camponeses e de outras camadas do nosso povo entre as quais se incluem os emigrantes, o governo PS/PSD será derrotado.
O 25 de Abril vencerá!

As comemorações do X Aniversário da Revolução do 25 de Abril constituem o tema central do «boletim emigração» que acaba de ser posto a circular entre os núcleos de compatriotas espalhados um pouco por todo o mundo.

Referente aos meses de Março/Abril a presente edição — uma iniciativa da Comissão para o Trabalho entre a Emigração do PCP — traz ainda abundante matéria noticiosa sobre a actividade de grupos de emigrantes em diversos países e ainda algumas breves sobre questões de actualidade política nacional.

Acolhido com grande receptividade o «boletim emigração» continua a ser uma ponte regular de contacto e de informação entre o nosso país e os trabalhadores portugueses emigrados.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL.* Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 769744 769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725 769722

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 – 2.º – 1000 Lisboa Tel. 779828 779825 769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro Tel. 24417.

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto. R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 693908 699615.

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra. Tel. 28394.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 766402.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 776936 776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.

Composto e impreso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem média do mês de Fevereiro 45 900

Assembleia da República

Para a maioria no poder o Governo e a polícia têm sempre razão

Quase que era de esperar. A famigerada proposta de lei visando a criação dos Serviços de Informação — instituindo uma nova polícia política — acabou por não ser ainda desta vez aprovada. A discussão não continuou, interrompida pelo Congresso de Braga. Se a oposição não tem pressa de ver aprovadas estas iniciativas legislativas — que acusou de inconstitucionais — a maioria parece também não desejar correr muito. Na quinta-feira passada não se passou da continuação da discussão da impugnação do projecto do CDS que queria abrir a televisão à iniciativa privada — que é como quem diz aos que poderiam pagar um canal; na manhã seguinte rebentou o escândalo da carta misteriosa e governamental que acusava o deputado Manuel Lopes de ter provocado a sua própria detenção; anteontem debateram-se e foram votados os pedidos de inquérito sobre essa detenção do deputado, claramente violadora da imunidade parlamentar.

Os recursos do PS, do PCP e do MDP impugnando a admissão do projecto do CDS — cuja discussão já começara antes e à qual nos referíramos no passado número do nosso jornal — tiveram procedência, recebendo os votos daqueles partidos, enquanto o CDS receberia o apoio — de certo modo esperado — do PSD e da ASDI. A Assembleia dividiu-se de forma diversa nesta votação. Uma nova 'AD' a caminho? Nem tanto. Se foi significativo o alinhamento do PSD com a pretensão do CDS, tal como o fora numa questão não esquecida como a lei despenalizando o aborto, esta divisão da maioria não terá passado de uma luta de galos, dando a oportunidade a Fernando Condesso, do PSD, de levantar a crista depois do Congresso de Braga.

Com efeito, enquanto o CDS esfregava as mãos e o PS franzia o sobrolho, Fernando Condesso, o líder parlamentar «social-democrata» subiu à tribuna proferindo um destemperado discurso, negando, de parceria com o CDS, a inconstitucionalidade do projecto «centrista».

Baseou, como fez o seu ex-parceiro da extinta 'AD', a posição que defendeu, na «diferença» entre o que é a propriedade da televisão, exclusiva do Estado nos termos constitucionais, e a «faculdade» que o Estado teria de fazer «concessão de exploração». A Constituição, na opinião deste como doutros deputados de direita, poderia assim, de uma penada, dizer e desdizer. Sempre a bem da «democracia, da liberdade e do pluralismo».

Mas de nada lhe valeu a saliva e o berro. A votação deu razão aos recursos interpostos. O projecto CDS não foi admitido, considerado inconstitucional. Mas Condesso avisou logo que o seu grupo parlamentar «havia preparado dois projectos de lei, um deles com conteúdo algo diferente, mas ambos com um objectivo semelhante àquele que hoje merece uma apreciação política de constitucionalidade, o qual aguardava para apreciação pelo outro partido da actual maioria e, eventualmente obtido o acordo no seio desta, para apresentação e aprovação pelo parlamento»...

No «seio da actual maioria», como o tempo o tem provado, todas as combinações são de esperar. E o PS já bastas vezes tem dado o dito por não dito. Aguardemos...

O caso da carta misteriosa

A indignação demonstrada pela oposição à detenção de sindicalistas e à violação da imunidade parlamentar que constituiu a prisão do deputado Manuel Lopes — que é dirigente sindical e estava presente nos pedidos de audiência a Mário Soares —, não comoveu a maioria. A conclusão a tirar é que o seguidismo em relação ao Governo é tal, por parte da maioria PS/PSD que até mesmo os deputados podem ser presos... desde que se sentem à esquerda do hemiciclo. E, à míngua de razões a apresentar para justificar a violação da legalidade, deixa-se que o Governo se encarregue de tudo «explicar».

Foi o que aconteceu. Na sexta-feira, para espanto de todos — ou quase todos — apareceu na Mesa da AR uma carta. Dirigida ao próprio presidente. Em exercício no cargo nesse momento, o camarada José Vitoriano leu. O papel «explicava» que Manuel Lopes, identificando-se à PSP, «tentou impedir que a PSP cumprisse o seu dever». Que acompanhara (na detenção) os detidos «por sua iniciativa pessoal». E acabava acusando o deputado de «por informações que foi possível recolher» ter **premeditado** «a sua atitude tendo em vista explorar as consequências do possível acontecimento»!

Espanto e indignação... só da oposição. De quem era a carta?, perguntava-se. Era anónima! Quem a entregara? Fora, soube-se mais tarde, o prestimoso secretário de Estado, António Vitorino! O insulto aos deputados — todos, mesmo que Silva Marques defenda o acto —, veio de fonte governamental, via Ministério da Administração Interna. Um mistério ainda pouco esclarecido. O que é claro é que o Governo não recua diante de nada.

Anteontem não haveria tempo para mais do que para voltar ao assunto. Depois de um período de antes da Ordem do Dia em que vários deputados tomaram a palavra, destacando-se as intervenções dos camaradas Manuel Fernandes, sobre Poder Local, e Gaspar Martins, sobre segurança social dos trabalhadores bancários, havia a discutir e a votar dois pedidos de inquérito. Um do PS, PSD e ASDI. Outro do PCP e MDP. Ambos à volta da questão da prisão de Manuel Lopes.

Depois de longas interrupções, entrou-se no assunto, verificando-se que o PS não queria sequer botar palavra sobre a sua iniciativa, para que ela não fizesse ondas de mais. O próprio texto era vago, duvidando mesmo da detenção sofrida por Manuel Lopes posta em causa por «informações» do Governo!

O texto apresentado pelo PCP seria recusado pela maioria. Pretendia que se averiguassem «as condições e circunstâncias em que forças policiais violaram a imunidade parlamentar do deputado». E pretendia ainda que fossem averiguadas «a forma, condições e circunstâncias em que foi elaborada a nota não assinada remetida pelo Governo». Tanto o PS como o PSD não estiveram pelos ajustes. Mesmo na ilegalidade, o Governo é coisa sagrada. Os deputados — da esquerda — é que não.

Jerónimo de Sousa:

«Qualquer dia batem primeiro e vêem o cartão depois»

Recentemente bateram nos operários da margem sul, da Sorefame e da Marinha Grande.

Depois prenderam sindicalistas.

Agora detêm um deputado da Assembleia da República.

Há já muitos anos que se ouvem desta tribuna e da Presidência da Assembleia da República grandes manifestações de vontade em defesa de prestígio e da dignidade deste órgão de soberania. Só que, mais do que as declarações bem intencionadas, é a prática concreta e democrática, é através da defesa dos valores ético-políticos e constitucionais (onde obviamente se inclui a defesa da dignidade da função do deputado), que a Assembleia se prestigiará aos olhos da opinião pública e das instituições.

Por isso mesmo estes inquéritos em discussão trazem à colação um acontecimento que ultrapassa o carácter de um simples incidente.

Existe um facto indesmentível: *no passado dia 27 de Março, forças policiais deram voz de prisão e conduziram à esquadra um deputado desta Assembleia que se encontrava junto de uma delegação de sindicalistas que aguardavam à porta do Primeiro-Ministro para serem recebidos.* Houve violação de imunidades constitucionais por parte de quem sabia que o deputado Manuel Lopes as tinha. Perante a denúncia aqui feita no Plenário da Assembleia da República pelo mesmo deputado, haveria que apurar responsabilidades e consequentemente aplicar as medidas que a gravidade do acto porventura justificassem. Mas numa demonstração clara de quem trata este órgão de soberania como instituição de segunda classe, o Governo resolveu apresentar na Mesa da Assembleia um papelucho apócrifo, grosseiro e cheio de processos de intenção, tentando ao fim e ao cabo colocar no banco dos réus, não aqueles que violaram as imunidades constitucionais de um deputado, mas antes e fundamentalmente o membro deste órgão de soberania.

O papelucho vale o que vale. Esta Assembleia nem sabe se foi um membro do Governo, se um secretário, ou um secretário do secretário do Gabinete do ministro da Administração Interna que escreveu a nota.

Mas a verdade é que por pressão de alguns deputados do PSD, que na altura afirmaram mesmo que um dos secretários da Mesa até tinha uma cópia do papel, com desconhecimento do presidente em exercício, a verdade é que de seguida e finalmente foi lido aqui um rol de disparates, toscos, mas mal intencionados que entre outras coisas afirmava e cito: «que o deputado Manuel Lopes tentou impedir que a PSP cumprisse o seu dever» e que «por informações que foi possível recolher premeditou a sua atitude tendo em vista explorar as consequências do possível acontecimento».

Será que o ministro, ou o secretário de Estado, ou o secretário do secretário confiaram apenas no cabo da polícia nas tais «informações que foi possível recolher»?

O entusiasmo por vezes trai os que agem de má-fé! Durante o debate que se seguiu à leitura do papel e perante o tratamento adequado que foi dado pela minha bancada a esta peça de paternidade esquisita, o sr. deputado Silva Marques deixava escapar para o borrão do Diário da Assembleia a seguinte expressão: «insulto é o comportamento do senhor deputado Manuel Lopes». Assim. Sem mais nem menos. Também a bancada do PSD ou pelo menos o senhor deputado Silva Marques sustentados no tal papel passavam do processo de intenções já feito pelo Governo, para o posicionamento de quem quer pôr no banco dos réus um deputado da Assembleia da República que justamente acusa a atitude policial e reclama o cumprimento da Constituição.

O inquérito a esta violação das imunidades parlamentares é obviamente um imperativo.

É neste quadro que surge o pedido de inquérito feito pelas bancadas do PS e do PSD. A uma carta infame do Governo segue-se um texto da maioria. É um texto atrapalhado que procura torcer o eixo da questão. De tal forma que acaba por visar mais o deputado do que os responsáveis pela violação das suas imunidades.

O que se pretende, senhores deputados? Toda a verdade ou apenas corroborar na série de acusações caluniosas constantes da carta remetida a esta Assembleia em nome do Governo?

Repetimos: a violação das imunidades do deputado Manuel Lopes foi praticada por quem sabia que as estava a violar! A identidade e a qualidade de deputado eram do conhecimento das forças policiais e particularmente do seu comando. A ideia *de que o deputado foi detido porque as forças policiais não viram o seu cartão de identificação (embora soubessem que o era) levava a consequências de enorme gravidade. Cuidado,* senhores deputados! Qualquer dia batem primeiro e vêem o cartão depois.

As consultas a indagar são as das entidades policiais, as responsabilidades a apurar são as dos que deram voz de prisão a um deputado e o transportaram detido para uma esquadra. Em que circunstâncias foi possível que isto acontecesse? Em que condições? É isso e apenas isso que importa apurar.

É uma questão que toca a todos e a cada um dos deputados desta Assembleia. Mesmo os que sendo apoiantes do Governo possam pensar que jamais serão molestados por uma acção policial.

É inconcebível que um Governo trate as imunidades parlamentares como coisa irrelevante.

É inconcebível que um Governo ouse insultar (como o fez na carta aqui lida) um deputado cujas imunidades foram violadas. Mas seria ainda mais inaceitável que esta Assembleia assumisse e fizesse suas (por qualquer forma) as concepções e posições subjacentes à carta governamental. Para que tal não aconteça é fundamental que o objecto do presente inquérito seja delimitado conforme a Lei e sem nenhum equívoco.

No momento em que o Povo português se prepara para comemorar em liberdade o X Aniversário da Revolução de Abril; quando esta Assembleia — também ela resultante desse processo transformador e democrático — se prepara para se associar a essas comemorações, existem factos que nos levam a reflectir seriamente:

O fio condutor destas situações preocupantes envolvem direitos e liberdades. Primeiro bateram nos operários da Marinha Grande, da margem sul e da Sorefame que reclamavam o pagamento dos seus salários em atraso. Depois prenderam sindicalistas que reclamavam o diálogo. Agora detem um deputado que, solidário, sente os problemas desses trabalhadores.

A história não se repete, mas prova que quando a democracia baixa as suas linhas de defesa é sempre a democracia e são sempre os democratas que pagam caro as consequências.

Alguns descobrem tarde demais que afinal aquilo também lhes dizia respeito.

Os trabalhadores, esses, continuarão a sua luta em defesa dos seus direitos e liberdades. Saiba também a Assembleia da República assumir as suas responsabilidades democráticas de fendendo a dignidade dos seus membros.

Nacional

Cedência aos EUA de gravíssimo significado

● **Instalação em Portugal de uma estação de rastreio de mísseis e satélites, dependente das forças armadas norte-americanas**

1.

A assinatura do acordo entre o Governo PS-PSD e a administração Reagan para a instalação em Portugal de uma estação de rastreio de mísseis e satélites, dependente das forças armadas norte-americanas, constitui um acontecimento de gravíssimo significado.

2.

Um tal acordo, assinado apenas alguns dias após uma visita de Mário Soares aos EUA que se caracterizou por uma subserviência que afronta a dignidade nacional, representa mais um perigoso passo na escalada de uma política de submissão ao imperialismo norte-americano, que converte Portugal num alvo privilegiado de ataques destruidores em caso de conflito militar generalizado, ameaçando ainda mais seriamente a segurança, a tranquilidade e a vida dos portugueses.

3.

A autorização concedida pelo Governo PS-PSD aos EUA para a instalação de uma estação de rastreio de mísseis e satélites corresponde em termos práticos, à implantação em território nacional de mais uma instalação com indiscutíveis finalidades militares e apresenta-se inserida num vasto conjunto de cedências e extensão de facilidades oferecidas ao imperialismo norte-americano para usar e abusar de Portugal como plataforma operacional para a sua política aventureira, agressiva e belicista.

4.

Os factos mostram que a política de submissão ao imperialismo norte-americano conduzida por Mário Soares e pelo Governo PS-PSD assume aspectos de tal forma perigosos, escandalosos e chocantes de sacrifício dos interesses nacionais e de ofensa à soberania e independência nacionais, que deve ser caracterizada como um dos períodos mais sombrios em matéria de política externa, considerando não apenas o período depois do 25 de Abril, mas, também, com alta probabilidade, as últimas décadas da vida nacional.

5.

É indispensável chamar a atenção para a extraordinária celeridade com que o Governo PS-PSD, sem qualquer informação responsável à opinião pública, sem qualquer consulta à Assembleia da República, sem qualquer debate nacional, implementa continuar cedências aos EUA que, apesar de porem directamente em causa a segurança dos portugueses e a soberania de Portugal, são concretizadas pelo Governo como se se tratasse de assuntos correntes e menores de administração pública.

Semelhante pressa do Governo PS-PSD em fazer avançar os planos de militarização do território nacional pelos EUA e de intensificação da penetração e domínio pelos monopólios norte-americanos da economia nacional revela também que o Governo pretende colocar os portugueses perante factos consumados, com o objectivo de impedir a justa denúncia, mobilização e resposta popular e nacional contra medidas e acordos ofensivos da dignidade de Portugal como país soberano e independente.

6.

Para o povo português, a soberania, segurança, dignidade e independência nacionais são valores que não estão à venda nem têm preço.

Em contrapartida, o ministro Jaime Gama não hesitou em apresentar o novo acordo com os EUA sobre a estação militar de rastreio como inserido numa política governamental de «gestão da soberania nacional» o que constitui sem dúvida um conceito que desvenda com clareza o espírito negocista e antipatriótico com que o Governo PS-PSD encara os interesses nacionais.

A verdade, porém, é que se o Governo PS-PSD considera a soberania nacional como passível de «gestão» e sobretudo como objecto de alienação, o povo português só considera a soberania nacional como passível de respeito, defesa, consolidação e salvaguarda.

7.

Os acordos que o Governo PS-PSD tem vindo a celebrar com a administração Reagan poderão vincular um primeiro-ministro que, numa visita de Estado aos EUA, declara não se importar que o considerem «o homem dos americanos» e poderão também vincular um governo que se comporta, nos actos e nas declarações, como um mero departamento da administração norte-americana e que busca afanosamente em terra estrangeira o apoio que manifestamente o povo português lhe recusa.

Mas deve entender-se, por outro lado, que tais acordos, ferindo princípios e interesses básicos da nação portuguesa, não podem vincular o povo português, pelo que a sua rectificação e anulação devem ficar desde já inscritas entre os grandes imperativos nacionais a que, depois da queda do actual Governo, um governo democrático deve dar pronta satisfação.

8.

É inteiramente justo, necessário e imprescindível que, no âmbito da luta contratar a política desastrosa e antidemocrática do Governo PS-PSD, se desenvolva um vasto movimento de protesto popular contra a política de submissão ao imperialismo conduzida pelo Governo, pela defesa da soberania, e independência nacionais hoje perigosamente ameaçadas e enxovalhadas.

28/3/84
A SIP do PCP

Homenagem nacional a Ruy Luís Gomes

Realiza-se no próximo dia 14, no Porto, tendo como acto mais significativo um almoço no Pavilhão do Académico, uma homenagem nacional ao professor Ruy Luís Gomes. Entre os promotores desta homenagem, encontram-se nomes destacados entre professores, trabalhadores científicos, homens da cultura, democratas como: Alberto Amaral, professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto; Alfredo Viana de Lima, arquitecto; Álvaro Ferreira Alves, médico; Álvaro Siza Vieira, arquitecto; Amândio Silva, pintor e presidente do Conselho Científico da 2.ª Secção da ESBAP; Armando de Castro, prof. catedrático da Fac. Economia da UP; Corino de Andrade, médico; Daniel Bessa, economista e assistente da Fac. de Economia da UP; Joaquim Marques de Sá, investigador na Fac. de Engenharia da UP; José A. Basto Gonçalves, prof. auxiliar da Fac. de Ciências da UP e vice-presidente do Conselho Científico; José Luís Borges Coelho, músico; José Morgado, prof. catedrático da Fac. de Ciências da UP; Nuno Grande, prof. catedrático do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar; Óscar Lopes, prof. catedrático da Fac. de Letras da UP e Virgínia Moura, engenheira.

Como se diz num documento divulgado pelos promotores, e já subscrito por centenas de personalidades destacadas da vida nacional — entre as quais, Mário Neves, João Cunha Serra, Arnaldo Mesquita, Otílio Figueiredo, Joaquim Pires Jorge, Carlos Costa, Sérgio Vilarigues, Ângelo Veloso, Octávio Pato, Armando Teixeira da Silva, Alcina Bastos, Raul de Castro, Henrique de Barros, Vasco Gonçalves, António Arnaut, Piteira Santos, Alfredo Pereira Gomes, António Teodoro, Rui Alarcão, Seabra Diniz, Rogério Fernandes, Lopes Graça, José Saramago, Urbano Tavares Rodrigues, Rogério Paulo, Jorge Vieira, João de Freitas Branco, Vasco Magalhães Vilhena, Armando Alves — «por um conjunto excepcional de méritos e de atitudes da mais alta dignidade, o prof. Ruy Luís Gomes representa um paradigma humano que se impõe à admiração pública. O seu longo currículo de investigador, a sua capacidade de, através de todas as dificuldades, fazer escola e discípulos, o facto de ter aberto um sulco de actividade científica objectivada, quer no Porto, quer em universidades do exílio; e, paralelamente, a coragem e determinação com que, durante cerca de meio século de luta, associou o seu prestigioso nome científico e magisterial às mais árduas campanhas de emancipação democrática, contra a opressão fascista, contra o colonialismo e, posteriormente, no sentido de que a Revolução de Abril se desenvolva consequentemente em todas as suas virtualidades democráticas — tudo isto faz do prof. Ruy Luís Gomes uma figura do maior relevo do nosso País.»

Recorde-se que o reconhecimento geral destes méritos está patente na atribuição do título vitalício de Reitor da Universidade do Porto, na sua condecoração por parte do Presidente da República com a Ordem da Liberdade e no relevo inerente a uma candidatura democrática à Presidência da República em 1951.

Os promotores desta homenagem consideram ser este um momento especialmente oportuno na medida em que se aproxima a data da celebração do X aniversário do 25 de Abril e o prof. Ruy Luís Gomes é uma figura cuja vida e actividade se ligam intimamente ao reencontro do País, «com os direitos e liberdades universalmente reconhecidos, ao reinício de um processo de democratização política, social e cultural que terá de conduzir à realização de todas as melhores virtualidades do Povo português, na paz e no progresso social de todos os povos.»

Assim, uma das dimensões da homenagem ao professor Ruy Luís Gomes é também a afirmação de confiança no futuro da Revolução de Abril e da irreversibilidade das suas conquistas consagradas na Constituição da República.

1383: evocação em França

Por iniciativa da secção de Montreuil (arredores de Paris) da Associação dos Originários de Portugal (AOP) celebrou-se recentemente naquela cidade francesa o 6.º centenário da Revolução de 1383/85.

Perante uma assistência atenta e entusiasta constituída na sua esmagadora maioria por portugueses emigrados que enchiam por completo a sala do Conservatório de Croix de Chavaux, um dos bairros de Montreuil, um grupo de crianças das escolas da AOP representou algumas cenas da peça de Virgilio Martinho sobre 1383.

«A vila somos nós, o castelo são eles» gritaram forte os garotos numa alusão ao carácter de classe da luta que opôs o povo dessa época à classe dirigente de então.

Na ocasião os assistentes tiveram também oportunidade de assistir à representação de outros episódios como a morte do Conde Andeiro, a revolta do povo de Lisboa e a batalha de Aljubarrota.

Acompanhado por uma projecção de slides um dirigente da AOP proferiu na altura algumas palavras sobre este importante acontecimento da nossa história, designadamente as condições que estiveram na sua origem. No decorrer da festa actuaram ainda o grupo coral da Associação Cultural Luso-Francesa «La Joie de Vivre» de Maison Alfort e o grupo espanhol de ballet da Associação Pablo Picasso de Montreuil.

RTP discrimina PCP e JCP

No último fim-de-semana, os serviços noticiosos da RTP, com destaque para o Telejornal, voltaram a evidenciar uma orientação deliberadamente discriminatória em relação ao PCP e às suas actividades e iniciativas — **afirma-se numa nota da SIP divulgada na passada segunda-feira, que acrescenta:**

Com efeito, nem a Assembleia de Organização do Comité Local de Lisboa do PCP ou o respectivo comício de encerramento (realizado no domingo) nem uma importante iniciativa da Juventude Comunista Portuguesa — a Conferência Nacional do Ensino Superior (realizada no sábado e no domingo) —, mereceram qualquer cobertura ou referência nos telejornais da RTP, apesar de constituirem, de um ponto de vista objectivo, assunto de indiscutível interesse informativo e relevo político.

Sublinha-se uma vez mais que tais critérios discriminatórios da RTP conduzem inevitavelmente a uma representação falseada da realidade política nacional que ofende profundamente o direito do povo português a uma informação pluralista e isenta.

A orientação sectária que caracteriza a RTP confirma-se como um dos muitos aspectos em que se concretiza a política antidemocrática do Governo PS-PSD, no quadro da sua perigosa ofensiva contra a democracia política.

A nota termina:

Dado que a RTP está entretanto a publicitar a próxima transmissão de uma entrevista com Mota Pinto, o PCP considera que tal inicitiva deve necessariamente significar o início de uma série de entrevistas com dirigentes dos principais partidos, pelo que o PCP aguarda o correspondente convite, sob a pena de se estar perante um novo acto de instrumentalização da RTP pelos partidos do Governo.

Esclarecimento

Entretanto, dado que alguns órgãos de informação referiram que o secretário-geral do PCP, à partida para a visita à República Popular de Angola, se teria escusado a prestar declarações à comunicação social, a SIP tornou público o seguinte esclarecimento:

«1. A versão que está a ser divulgada não corresponde à realidade, pois o que aconteceu foi que um jornalista da «NP» presente no aeroporto de Lisboa com antecedência em relação aos profissionais de outros órgãos de infromação, procurou isoladamente obter uma declaração de Álvaro Cunhal, o que não lhe foi concedido.

2. O facto de representantes de outros órgãos de informação posteriormente terem procurado obter declarações de Álvaro Cunhal sem o conseguirem, ficou a dever-se exclusivamente à circunstância de não lhes ter sido permitido o acesso à zona de embarque, facto a que o PCP é alheio.

3. Do exposto se conclui que, se não fosse este lamentável condicionalismo, o secretário-geral do PCP teria naturalmente prestado declarações ao conjunto dos órgãos de comunicação social presentes no aeroporto de Lisboa.»

No próximo sábado

Desfile da juventude em Lisboa

«É preciso que isto mude, outra política e outro Governo para a Juventude» — é sob este lema que decorrerá em Lisboa no próximo sábado, dia 7, um grande desfile de protesto e luta da juventude.

A acção é apoiada por largas dezenas de estruturas e organizações juvenis dos distritos de **Lisboa** e **Setúbal,** nomeadamente Uniões Sindicais (USL e USS), associações de estudantes, comissões de jovens de sindicatos e freguesias, jornais de escolas, colectividades e outras associações.

O desfile, marcado para as 15 horas, entre as Picoas e o Rossio, será, certamente, uma vigorosa afirmação de unidade e luta da juventude, reunindo o sentimento comum das aspirações juvenis nos mais variados sectores: dos jovens trabalhadores aos jovens estudantes.

A iniciativa do próximo sábado, que tem registado crescentes adesões de dia para dia, levará para as ruas da capital as justas reivindicações da massa juvenil: resolução dos graves problemas que se vivem nas escolas e no sistema de ensino nos seus vários níveis, resolução de problemas como o desemprego, combate à repressão patronal e às discriminações, defesa da Paz e da independência nacional.

A coordenadora da comissão promotora do desfile, acção que expressará a unidade da juventude na luta por uma vida **nova** no Portugal de Abril, é constituída pela Comissão de Luta da António Arroio, Departamentos de Juventude da USL e USS, Comissão de Juventude da Quimigal, AE de Economia e Secretariado dos TE's do distrito de Lisboa.

PCP

1.ª Assembleia do CLL
Afirmação de força e combatividade

Mais de 15 mil militantes organizados em 730 organismos de sectores profissionais e de freguesias e em 311 células de empresas

Acontecimento aguardado com vivo interesse, decorreu no último fim-de-semana, nas instalações da Voz do Operário, a 1.ª Assembleia da Organização do Comité Local de Lisboa do PCP.

Iniciativa de grande importância para os comunistas da capital a sua realização em nada gorou as expectativas criadas e veio a confirmar-se como uma indesmentível prova da força e capacidade do Partido, da sua inserção nas massas e do seu crescente papel e influência em todas as esferas da vida política, económica e social na cidade de Lisboa.

Culminando um intenso trabalho preparatório os 536 delegados presentes (eleitos em 122 assembleias e plenários) procederam a um balanço da actividade desenvolvida pela sua organização — a maior a nível local em todo o País, contando hoje com mais de 15 mil militantes organizados em 730 organismos de sectores profissionais e de freguesias e em 311 células de empresas —, elegeram o novo organismo de direcção e aprovaram uma resolução política na qual se consubstanciam as linhas fundamentais de actuação futura.

Numa sala praticamente irreconhecível — tal a decoração bonita e acolhedora, onde predominavam os verdes e o vermelho, que transformou completamente o antigo e vasto salão da Voz do Operário —, perante um auditório entusiasta e combativo que encheu por completo os lugares reservados aos convidados, os oradores levaram à tribuna em dezenas de intervenções as preocupações, os problemas vivos, o trabalho e a luta que actualmente se desenvolvem nas mais diversas frentes, do poder local às organizações do movimento operário e popular.

Foram dois dias de um intenso debate onde se analisaram de forma séria e detalhada os êxitos e as dificuldades, discussão esta que só um «**partido forte como o PCP** — como justamente sublinhou o camarada José Casanova membro da Comissão Política na intervenção com que encerrou o primeiro ponto da ordem de trabalhos — **está em condições de efectuar**».

Passando em revista algumas das mais importantes conclusões da Assembleia aquele orador chamou a anteção para o trabalho nas empresas, frente que considerou como a «**força determinante do Partido**» e onde é preciso **melhorar o funcionamento das células** e reforçar a luta «**pela unidade dos trabalhadores**». Quanto às autarquias, onde o «**Partido é uma força considerável com uma considerável importância**», José Casanova sublinhou a necessidade de «**impulsionar o trabalho dos eleitos**», «**cumprir programa eleitoral da APU**» e mobilizar os trabalhadores e as populações para a luta «**contra a acção do Governo que quer destruir o poder local democrático**».

Depois de anunciar a realização da 1 Assembleia da Organização Regional de Lisboa para meados de Junho, detendo-se sobre alguns aspectos de organização, o camarada salientou a necessidade de reforçar o trabalho colectivo e de direcção e lembrou a importância de organizar os camaradas desligados, intensificar o recrutamento e de prestar uma maior atenção aos problemas de quadros.

Salientando o facto de o PCP «**continuar a crescer**» e de ser mesmo o «**único partido português que continua a crescer**», situação que se explica, segundo disse, pela fidelidade do Partido aos interesses dos trabalhadores e ao 25 de Abril, José Casanova afirmou ser necessário, no entanto, que sejamos mais fortes pois disso depende o «**êxito das lutas**», a defesa das conquistas dos trabalhadores e do regime democrático.

A anteceder o comício de encerramento em que interveio o camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, procedeu-se à eleição do novo organismo dirigente de que fazem parte 46 camaradas, acto que acolheria a aprovação unânime dos delegados.

Um apontamento final: a quase total ausência da comunciação social designadamente da televisão e rádio, facto este tanto mais escandaloso quando se sabe que durante o congresso da FAUL do PS, organismo correspondente ao CLL, estes órgãos não se pouparam para cobrir aquela reunião. Mais um exemplo de «pluralismo» informativo que Mário Soares impõe aos portugueses...

ASSEMBLEIAS

Concelhia de Vila Nova

É já no próximo domingo, dia 8, que decorrerá na Escola Preparatória Soares dos Reis, a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia de V.N. de Gaia (Porto).

A Assembleia que contará com a presença do camarada Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC, reunirá 280 delegados em assembleias de fr de zona e de célula e derão participar como dos todos os militantes tido no concelho.

Além da eleição d nismos dirigentes do a Assembleia discutirá um documento de or

Octávio Pato

A repressão e a miséria alastram — a luta de massas é cada vez mais poderosa

O Governo PS/PSD é um governo com uma política que não só não resolve nenhum dos grandes problemas nacionais, como a todos agrava.

As palavras são de Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, intervindo no comício de encerramento da 1.ª Assembleia da Organização do Comité Local de Lisboa, no passado domingo, na «Voz do Operário».

Mais adiante, afirmaria o dirigente comunista:

«Poucos são hoje os portugueses que se podem gabar de sobre si não pesar o espectro do desemprego. Mas o Governo prossegue a sanha destruidora das conquistas de Abril».

Desemprego, miséria, fome

«Se o plano de legislação do Governo, quanto ao Poder Local, for por diante, são cerca de 5000 (só no distrito de Lisboa) os trabalhadores municipais que têm sobre si a ameaça do despedimento — salientou Octávio Pato, que referiu logo de seguida:

«Quer o Governo retirar às Câmaras Municipais a possibilidade de fazerem obras por administração directa, entregando essas obras a empreiteiros, aos "velhos" amigos e sócios de alguns dos srs. ministros.

«Mais uns milhares de trabalhadores no desemprego é obra de pouca monta para o Governo Mário Soares/Mota Pinto.

«Entretanto, a miséria e a fome alastram por todo o país, enquanto a riqueza, a opulência e o luxo crescem no pólo oposto, tal como sucedia na época fascista.

«A constatação deste facto passa já pelos próprios partidos que estão no Governo. É, por exemplo, de uma mulher que, não há muito tempo, tinha grandes responsabilidades no PS, a afirmação de que "estão a criar-se bolsas de privilegiados e de pessoas que têm dois ou três empregos, fazem-se fortunas por especulação, aumentam os esbanjamentos, desrespeitam-se os recursos naturais, a máquina administrativa não funciona e, o que é pior, assiste-se à reorganização de fortunas de grupos" (...)

«Enquanto isto, o rendimento disponível dos trabalhadores diminuiu 9% e os preços, fundamentalmente os dos produtos essenciais, aumentaram de forma impressionante em 1983: cereais e derivados 47,3%, a carne e o peixe 34,9%, a água, combustíveis e electricidade 38,5%, os transportes colectivos 43,5%.

«Não contente, o Governo propõe-se ainda aumentar, a partir de Maio, os transportes e o pão em mais 20%.

«Para se ter só uma pequena ideia da situação em que vivem milhares de famílias, basta dizer que o consumo do pão, produto que voltou a ser a base da alimentação dos portugueses, segundo a associação patronal dos fabricantes de pão, diminuiu 20% desde os últimos aumentos (...)»

Escalada repressiva

Noutra passagem da sua intervenção, declarou o camarada Octávio Pato:

«Por um balanço feito, em Janeiro passado, a CGTP afirmava que, só durante a vigência deste Governo, a polícia foi chamada a intervir contra trabalhadores em luta nada menos que 30 vezes!

«Isto foi em Janeiro. Daí para cá temos assistido ao crescente agravamento dessa escalada repressiva.

«A repressão está na ordem do dia.

«A seguir à brutal e miserável provocação e espancamento aos trabalhadores da Sorefame, quando caminhavam para o IPE, para reclamar os seus salários e a defesa dos seus postos de trabalho, tivemos:

- No dia 21, os trabalhadores vidreiros que são espancados em Leiria;
- No dia 22, os 4 a 5000 trabalhadores de Almada que, em solidariedade com os 650 trabalhadores da Companhia Portuguesa de Pesca, há 10 meses sem salários e protestando contra a extinção da empresa, são provocados e intimidados pela polícia especial;
- Nos mesmos dias, é a grosseira provocação montada pelo MAI, contra a Câmara APU de Loures, mobilizando forças especiais para intimidar e interferir se tivessem tido oportunidade;
- Nos dias 26, 27, 28, 29 e 30 a prisão de 285 dirigentes sindicais (entre os quais um deputado) concentrados em frente da residência do Primeiro-Ministro, à espera de serem recebidos.

«É dentro desta escalada repressiva que se situa a iniciativa legislativa da criação de três novos "Serviços de Informações" (uma espécie de PIDE/DGS) e a reclamação do alargamento dos efectivos da PSP em mais 900 agentes (...)»

Depois de referir mais adiante que «para o patronato sabotador, para as empresas que não pagam os salários a mais de 150 000 trabalhadores, para os empresários que não pagam à Previdência os descontos que fizeram aos trabalhadores, o Governo usa a linguagem da conivência e do compadrio», o camarada Octávio Pato referiu-se aos objectivos dos Serviços de Informação, que «não têm em vista qualquer defesa da democracia ou reposição de pretensas **ordens** ou **legalidades** democráticas», sublinhando a propósito:

«O que o Governo pretende é criar Serviços de Informação de carácter político equivalentes aos da PIDE/DGS, é criar uma filial da CIA dos EUA, é criar instrumentos para combater o movimento democrático, reprimir e intimidar os trabalhadores, tentando neutralizar-lhes a acção, de forma a permitir ao Governo concretizar o seu objectivo de reconstituição dos grupos económicos portugueses e de subjugação ao imperialismo norte-americano (...)»

Uma espécie de «República das Bananas»

Noutro momento do seu discurso, seguido por numerosa assistência, Octávio Pato diria que «quer a nível externo, quer a nível interno, toda a política do Governo Mário Soares/Mota Pinto está virada para a colocação de Portugal sob a pata do imperialismo». E acrescentou:

«A nível externo é o aumento de facilidades e a cedência do território português para toda a espécie de aventuras belicistas da administração Reagan.

«Mas já não é só a renovação do acordo e o alargamento de facilidades aos americanos na base das Lajes; já não é só a utilização das águas do Tejo para ancoradouro, reparação e abastecimento de barcos de guerra e de submarinos de armas nucleares; já não é só a hipoteca do país aos EUA, através dos empréstimos do FMI; já não é só a anunciada instalação de 4 bancos norte-americanos em Portugal; já não é só a concessão de uma licença de um canal emissor de Rádio, para emissões em língua inglesa; agora, com o novo acordo, firmado entre o Governo português e os Estados Unidos, para a instalação em São Brás de Alportel (Algarve) de uma estação de rastreio de satélites e «outros objectos espaciais», as facilidades no domínio da defesa, concedidas por Portugal aos Estados Unidos, estender-se-ão a todo o território continental.

«Pela mão dos governos de direita, Portugal corre o risco de se tornar numa colóquia norte-americana! Numa espécie de "República de bananas"!»

«Os dos trabalhadores, os do Povo português não são, os de alguns grandes capialistas sim, naturalmente, os do imperialismo, sem dúvida!

«Isto, aliás, ficou claro com a recente visita de Mário Soares aos Estados Unidos da América (país com cujas «maravilhas» a televisão portuguesa diariamente nos bombardeia, através das séries de origem americana que transmite).

«As notícias vindas a pública sobre esta deslocação do Primeiro-Ministro e as «portas» que, segundo Mário Soares, ela «abriu para Portugal», deixam-nos a dúvida sobre se não terá sido constituído nos Estados Unidos um «Governo sombra» para decidir sobre os destinos de Portugal.

«De facto, quando ouvimos Alípio Dias, secretário de Estado do Tesouro, que integrou a comitiva de Mário Soares, dizer que «as taxas de juro não subirão de novo visto que o Fundo «revelou boa compreensão pelo esforço bem sucedido de 1983» e que «o FMI reconhece que a taxa de inflação poderá baixar»:

— Quando sabemos que as entidades americanas têm em mão uma «lista negra» de 24 empresas públicas, para as quais terão de ser «tomadas medidas concretas» até Julho próximo;

— Quando sabemos que Mário Soares encarregou uma firma de advogados americanos, pertencente a Robert Delfen, amigo seu de longa data, para estudar o futuro «estatuto» do investimento estrangeiro em Portugal;

— Quando sabemos que em Junho o Governo fará seguir para os EUA um documento sobre política industrial, turismo e pescas e que em Setembro os industriais norte-americanos reúnem-se em Nova York e em Outubro virá uma missão norte-americana para avanço de projectos com capitais mistos:

— Quando sabemos que em finais de Setembro decorrerá, em Nova York, uma seminário sobre projectos de investimentos industriais em Portugal

... ficamos sem saber se as alavancas portuguesas do Poder se encontram em Lisboa ou em Washington. O que sabemos é que o interesse, aliás explícito por Allen Holmes, no Porto, perante os membros da Associação Comercial, de uma maior investimento americano em Portugal, e da introdução de novas técnicas, nomeadamente tecnologia de ponta (aviação, sistemas computorizados, telecomunicações, centrais eléctricas, nucleares, etc.) não é desinteressado (...).

Sujeição de Portugal a uma CEE em profunda crise

Comentando que «o coração de Mário Soares divide-se entre a **Europa connosco** e a **América consigo**», diria o camarada Octávio Pato no decorrer da sua alocução:

«A adesão à CEE justifica-lhe as medidas de ataque às nacionalizações, à Reforma Agrária, às conquistas dos trabalhadores. Os EUA colhem os frutos dessas medidas.

«E para esta política de suicídio, os trabalhadores, os portugueses em geral, não são ouvidos nem achados. São postos perante uma política de «facto consumado», política que naturalmente merece dos trabalhadores, e deve merecer de todos os democratas e patriotas, a maior repulsa, o mais vivo protesto, a mais firme resistência.

«Para a gravíssima crise económica que o país atravessa, o Governo PS/PSD não vê outra alternativa que não seja a integração, ou melhor dizendo, a sujeição de Portugal a uma CEE em profunda crise (...).

«O Governo, repetimos, não vê outra saída que não seja a integração de Portugal numa CEE que obriga, por exemplo, à destruição de 400 000 toneladas de laranja, na Sicília, em Itália, por falta de mercados para a escoar, e à diminuição, em todos os países membros, de 13% da sua produção de leite.

«É numa CEE em desagregação, abandonada por uns, contestada por outros, que Mário Soares quer integrar Portugal.

«Que outros fins, que não políticos, poderão estar na base desta ensejada adesão à CEE? Que interesses obscuros se acoitam debaixo deste propósito?

«A direita mais estúpida» e a cadeira de T. Couto na Concertação Social

Noutra passagem da sua intervenção referiu-se à «concertação social» do Governo, afirmando a dado passo:

«Torres Couto que, em 4 de Março, considerou que "Portugal tem a direita mais estúpida da Europa e o patronato mais retrógrado», tomou posse em 20 de Março da cadeira que essa mesma direita e patronato lhe ofereceram como membro do chamado "Conselho Permanente de Concertação Social» e advogou "um novo quadro de relações (...) em que o antagonismo dê lugar ao protagonismo (...)».

«E de facto os protagonistas daquele cerimonial macabro apresentavam qualquer antagonismo: era a direita "mais estúpida" o patronato "mais retrógrado», a que se juntaram os lacaios subservientes, todos irmanados num mesmo objectivo: restaurar monopólios, liquidar as conquistas de Abril, aumentar a exploração dos trabalhadores e tentar neutralizar a acção desses mesmos trabalhadores (ausentes naturalmente desse "Conluio Social").»

As comemorações do 25 de Abril

Sobre o X Aniversário do 25 de Abril, já noutra passagem do discurso, Octávio Pato salientou:

«As comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, este irão ter um significado tanto maior quanto é certo que irão mérito de demonstrar, por um lado o total divórcio entre o PS/PSD e as massas populares, por outro de evidenciar a determinada e fortalecida dos trabalhadores em defenderem indeléveis direitos, as conquistas de Abril, a democracia.

«Para constituir uma chamada Comissão de Honra às comemorações do 25 de Abril, o Governo não encontrou melhores que os de Spínola, Freitas do Amaral, Pinto Balsemão, Alçada Batista e outros mais, todos homens directa ou indirectamente ligados à negra ditadura que durante cerca de 50 anos oprimiu o Povo português.

«Tal composição levou a que alguns democratas convidados a integrarem essa comissão tivessem recusado o convite. Outros, porém, aceitaram partilhar de uma comissão que os aviltará por brearem nesse dia com homens que continuam identificados com o passado odioso contra o qual combateram.

«Como se isto não fosse suficente, vieram a público informar que, caso se confirmem, representam uma provocação aos mil de Abril e a todo o Povo português.

«Diz-se que o Governo irá fazer desfilar nas ruas de Lisboa representações ou bandas militares dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, de Itália e de França.

«O 25 de Abril foi realizado por portugueses, foi uma Revolução que pôs fim à odiosa ditadura fascista e às guerra coloniais, dita e guerras que sempre foram apoiadas pelos governos dos países que pretendem agora enviar representações militares.

«Se tal se verificar, estamos certos que todo o Povo português (incluindo os militares de Abril) considerarão tais representações como um insulto aos ideais de Abril, ideais que são inseparáveis da democracia, da soberania e independência nacionais.

«À farsa comemorativa do 25 de Abril, promovida pelo Governo irão responder os trabalhadores, os democratas portugueses com uma grandiosa jornada que é de luta democrática mas que é também de confiança e determinação (...)»

1.º de Maio

«Não sabemos, entretanto, se para as comemorações do 1.º de Maio o Governo, com a colaboração naturalmente da sua ramificação UGT, estará a preparar algum desfile policial, já que a polícia tem sido o principal interlocutor no "diálogo" do Governo com os trabalhadores.

«Sabemos que, faça o Governo o que fizer, estrebuche a que estrebuchar, as comemorações do Dia Internacional dos Trabalhadores, promovidas pela CGTP, contarão com a adesão maciça dos trabalhadores e serão a demonstração clara da vontade firme que os une de expulsar do Poder um Governo que não respeita a legalidade, que espezinha os direitos dos trabalhadores, que arruina a economia nacional, que subordina o país aos interesses do imperialismo.»

Acções de massas

Referindo que «o Governo tem medo da acção popular de massas e sente o terreno a fugir-lhe debaixo dos pés», Octávio Pato enumerou algumas das importantes lutas e acções que decorreram recentemente:

«— As grandes e poderosas marchas do desemprego por todo o Alentejo e no distrito de Setúbal;

«— As inúmeras lutas de massas de milhares e milhares de trabalhadores pelo pagamento dos salários em atraso, por aumento de salários e em defesa do sector público e nacionalizado;

«— A luta dos agricultores de todo o país (5 000 dos quais concentraram em Lisboa, no dia 19/3);

«— A luta de muitos milhares de mulheres em torno das suas reivindicações específicas, designadamente nas comemorações do Dia da Mulher, em 8 de Março;

«— As marchas e concentrações em Sacavém, Camarate e Iria no dia 29 e as grandes marchas em Setúbal no dia 30.

«— A importante manifestação nacional dos professores;

«— A luta dos trabalhadores, dos eleitos da APU e do povo de Loures e Amadora contra as provocações do Governo e dos vereadores do PS/"AD", contra as faltam de quorum que eles provocam, visando paralisar as respectivas Câmaras; contra o cerco e intimidação policial em vários locais do concelho de Loures, mostrando o ódio de ter antidemocrático daqueles que não querem aceitar a minoria em que se encontram ante os eleitos da APU.

«Se os vereadores do PS decidirem, juntamente com o da direita, nos concelhos de Loures e Amadora, provocar novas e antecipadas eleições, tal como o fizeram recentemente no Redondo e há pouco tempo em Loures, que saibam que não temos medo e que estamos confiados em que eles serão estrondosamente derrotados e a APU obterá novas e maiores vitórias.

«Todas estas acções mostram que a luta popular de massas está em nítido ascenso e adquire formas e expressões muito variadas. (...)»

NAS ORGANIZAÇÕES

Concelhia de Cascais

● *Vivo interesse no desenvolvimento dos trabalhos*

Com a participação de 161 delegados eleitos nas organizações do PCP nas seis freguesias do concelho (Alcabideche, Carcavelos, Cascais, Estoril, Parede e S. Domingos de Rana) decorreu recentemente na Sociedade 1.º de Maio, em Tires, a 3.ª Assembleia da Organização Concelhia de **Cascais** do PCP.

O debate, caracterizado pelo vivo interesse e empenhamento dos camaradas presentes, incluiu dois pontos na ordem de trabalhos: por um lado, a discussão e votação do Relatório de Actividades e da Resolução Política (período que registou mais de três dezenas de intervenções), e por outro lado, a eleição da Comissão Concelhia, órgão que dirige a actividade do Partido neste concelho do distrito de Lisboa.

Além das numerosas propostas de alteração apresentadas no decurso da actividade preparatória, os dois documentos já referidos mereceram ainda durante o próprio desenrolar da Assembleia mais 38 contributos para o seu melhoramento.

Os delegados (47 por cento de origem operária, 25 por cento empregados, 6 por cento técnicos e intelectuais e 22 por cento «vários») aprovaram por unanimidade o Relatório e a Resolução Política, documentos de extraordinária importância para o trabalho político dos militantes comunistas do concelho.

A Assembleia, que decorreu numa das duas freguesias APU — S. Domingos de Rana, aprovou ainda um conjunto de onze moções e saudações sobre temas de âmbito nacional, entre os quais a luta dos trabalhadores com salários em atraso, a luta pela Paz e o X aniversário do 25 de Abril.

Tanto na documentação central, como nas intervenções dos delegados, a 3.ª Assembleia da Organização Concelhia dos comunistas de Cascais analisou com objectividade os aspectos que mais directamente se vivem na zona, como é o caso da actuação da Câmara Municipal dirigida por Helena Roseta, do PPD, (onde expressões como demagogia — caso das promessas de casa para toda a gente — fazem parte do dia-a-dia), situação nas empresas, desemprego, problemas da juventude, etc.

Também a vida orgânica do Partido e as tarefas dos militantes comunistas foram naturalmente aspectos discutidos com empenhamento pelos delegados. Recorde-se que a 2.ª Assembleia Concelhia teve lugar em Novembro de 1977 — já lá vão meia dúzia de anos.

Eleita por maioria, com 17 abstenções, a nova Comissão Concelhia integra 27 elementos; 14 operários (51,8 por cento), 9 empregados (33,3), 3 técnicos e intelectuais (11,1) e um do sector «diversos».

No encerramento da Assembleia, cujos trabalhos contaram também com a presença de uma centena de convidados — membros do PCP e outros democratas — falou o camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, que traçou uma panorâmica das principais questões da actualidade política.

Durante os recentes trabalhos da Assembleia dos trabalhadores comunistas em estruturas sindicais do Sector Sindical da Organização Regional de Lisboa do PCP.

Sector Sindical da ORL

«Reforçar o PCP, intensificar a luta, continuar Abril» — este o lema da Assembleia dos Trabalhadores em Estruturas Sindicais do Sector Sindical da ORL do PCP, que decorreu recentemente, no Vitória, com cerca de 60 camaradas.

Na ordem de trabalhos apresentavam-se dois pontos: Relatório de Actividades, cuja discussão decorreu de forma bem participada, e eleição do organismo de direcção, agora ampliado e que passa a contar com 22 elementos.

Participaram também nesta Assembleia, em que a necessidade do reforço do Partido e da luta de massas foram temas particularmente em foco, os camaradas José Casanova, da Comissão Política do CC, e Rosa Rabiais, do CC.

Pioneiros de Camarate

O núcleo de Camarate dos Pioneiros de Portugal realizou no passado dia 24 de Março uma sessão de cinema infantil do bairro de Santiago. Estiveram ali – e divertiram-se mesmo – 80 crianças, das quais muitas manifestaram o desejo de passar a fazer parte da organização.
Resultado: uma tarde bem passada – o núcleo que se reforçou

Alhos Vedros

Decorreu recentemente a 1.ª Assembleia de Organização das Arroteias de Alhos Vedros.

Durante os trabalhos esteve presente o camarada Carlos Ramires, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP, que fez a análise dos problemas de organização ali levantados e uma intervenção sobre a situação política actual.

A Assembleia elegeu o Secretariado que é agora um elemento fundamental para a dinamização da organização das Arroteias de Alhos Vedros.

Foram aprovadas algumas saudações, entre elas ao X Aniversário do 25 de Abril.

S. Paio de Oleiros

Decorreu recentemente na cantina da Escola Primário a I Assembleia da Organização da Freguesia de S. Paio de Oleiros (distrito de Aveiro).

Nela participaram 26 delegados e assistiram cerca de 3 dezenas de convidados.

A Assembleia apreciou o Relatório e o Plano de trabalho para o futuro, apresentado pela Comissão de Freguesia cessante, tendo sido feitas importantes sugestões que enriqueceram o documento que nos próximos tempos orientará o trabalho dos comunistas de S. Paio de Oleiros.

Foi eleita a nova Comissão de Freguesia, composta por 11 camaradas, sendo 5 operários metalúrgicos, 3 corticeiros, 1 empregado, 1 intelectual e 1 comerciante. A média de idades é de 36 anos.

Por último, interveio o camarada Artur Vidal Pinto, membro suplente da Comissão Política do Comité Central, o qual explicou detalhadamente as conclusões da reunião do Comité Central.

Concluiu-se também que S. Paio de Oleiros tem condições de dar uma grande contribuição à semana de esclarecimento de 23 a 29 do corrente, decidida em Plenário de Sindicatos do distrito de Aveiro, a qual culminará em concentrações de trabalhadores no dia 29 em vários pontos do distrito.

Célula da CDL

A Organização da Célula do PCP da Central Distribuidora Livreiro – CDL leva a efeito no próximo dia 14 a realização da sua 1.ª Assembleia.

Segundo informação prestada pela SIP daquele organismo a Assembleia decorrerá no Centro de Trabalho de Alcântara e terá início às 14 e 30.

Organização do Funchal

Convocado pelo organismo de direcção do Funchal realizou-se na passada 6.ª-feira, dia 16 de Março, no Centro de Trabalho, uma reunião concelhia de quadros comunistas.

Para além dos camaradas do organismo de Direcção estiveram presentes camaradas de comissões de freguesia, de células de empresa e alguns dirigentes sindicais.

A reunião analisou a **situação política e as tarefas do Partido** e inseriu-se na preparação da 2.ª Assembleia Concelhia do Funchal a realizar em fins de Maio.

Foram abordados problemas da situação ao nível do movimento sindical e das autarquias da Região, as comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, as próximas eleições regionais, bem como problemas da organização do Partido — funcionamento, estruturação, células de empresa, etc.

No final registou-se uma intervenção sobre a situação política pelo camarada responsável da DORAM.

CENTROS DE TRABALHO

Inauguração em Montemor-o-Novo

Um comício com uma assistência de cerca de mil pessoas e um acto singelo marcaram no último domingo a inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP em **Montemor-o-Novo**.

A nova casa do Partido está situada no centro desta vila alentejana, dispõe já de óptimas condições de trabalho e convívio e quando terminarem os acabamentos e a ocupação total do imóvel, tornar-se-á uma digna sede da organização concelhia montemorense.

O infausto acidente que na véspera roubou a vida ao jovem camarada Manuel Salvador Cinzas, um dos construtores do novo Centro de Trabalho, e a seu tio, o camarada Luís Boleto, impediu que o acto inaugural tivesse sido, além da grande manifestação política que foi o comício e a visita em massa de centenas de montemorenses, numa grande realização festiva.

Na adaptação do edifício à função que terá na actividade da organização concelhia de Montemor, participaram, além de militantes comunistas, vários amigos, homens e mulheres que não são membros do PCP, entre eles alguns trabalhadores filiados no PS que quiseram associar-se àquilo que vai ser uma casa ao serviço dos trabalhadores e do povo de Montemor.

Para o novo Centro foram recolhidos cerca de 2400 contos, em colectas junto da população e através de empréstimos de vários camaradas (muitos dos quais recusaram a restituição das verbas emprestadas) e de várias iniciativas da organização concelhia.

Dezenas de ofertas foram entregues no dia da inauguração.

A organização, que integra cerca de 20 por cento de toda a população do concelho, deu provas de um grande espírito de iniciativa e dedicação sem limites para que o novo Centro de Trabalho estivesse funcional antes do 25 de Abril.

A abrir o comício, um camarada da Comissão Concelhia fez um discurso historiando a construção da nova casa do Partido, abordando a situação do concelho e dos trabalhadores locais, denunciando a política do Governo e suas consequências para a vida da população. No início da sua intervenção exprimiu o pesar dos comunistas pela morte dos dois camaradas e fez-se então um minuto de silêncio em sua memória.

A fechar, falou Dias Lourenço, da Comissão Política do CC, que abordou a situação política e social do País sob o Governo antipopular e antinacional de Soares e Mota Pinto, sobre as tradições de luta dos trabalhadores montemorenses e as tarefas actuais do PCP. Endereçou à família dos dois camaradas falecidos e aos trabalhadores ali presentes da UCP Bento Gonçalves o pesar do Partido.

Almeirim: campanha de fundos em marcha

Em **Almeirim** a construção do novo Centro de Trabalho do PCP é tarefa que está na ordem do dia.

As obras tiveram o seu início em Fevereiro passado, estando praticamente concluída a construção do rés-do-chão.

O valor total da obra ultrapassa os dois mil contos, registando-se já um investimento concretizado de cerca de 600 contos.

Para enfrentar as múltiplas despesas que resultam do avanço da obra, a organização do Partido está empenhada numa grande campanha de fundos, para a qual foi preparado um calendário de iniciativas para este ano de 1984, entre as quais figuram os almoços de confraternização já marcados para **6 de Maio** (com Zita Seabra) e para **10 de Junho** (este em Fazendas de Almeirim).

Entretanto, vão prosseguir os contactos «porta-a-porta» em todo o concelho. Iniciativas desse género realizadas recentemente nos Cortiçóis, Paços Negros e na vila de Almeirim alcançaram bons resultados.

Cantanhede

«A Comissão Concelhia de Cantanhede do Partido Comunista Português, honra-se de, finalmente, poder anunciar a todos os camaradas e amigos, que conta de novo com um Centro de Trabalho do Partido na sede do concelho.»

A mensagem foi recebida há dias no «Avante!». Quem a enviou foram os camaradas deste concelho do distrito de Coimbra, que acrescentam:

«Também aqui, à semelhança do que aconteceu em alguns pontos do País, a direita reaccionária havia destruído a casa do Partido. Apesar disso, durante estes anos, os militantes comunistas sempre estiveram presentes como força organizada, fortalecendo a sua implantação no seio da população laboriosa. Presentes, com o seu exemplo de honestidade, capacidade de trabalho, espírito de sacrifício e abnegação na vanguarda das lutas do povo trabalhador por uma vida melhor.

«Por tudo isto, o Partido é hoje uma força respeitada no concelho de Cantanhede.

«A partir de agora, estamos mais fortes, encarando o futuro com serenidade e firmeza no combate à política de desastre nacional levada a cabo pelo Governo de direita Soares/Mota Pinto.

«Um Centro de Trabalho do PCP em Cantenhede, é a mais firme certeza do fortalecimento da democracia, das liberdades individuais e colectivas, do cumprimento da Constituição e do espírito do 25 de Abril.»

BAILE da Pinhata

Este baile da «Pinhata» é promovido pelas organizações do Partido e da Juventude do concelho de Almada, no conhecido pavilhão da Romeira, na Cova da Piedade. Ainda no concelho da Almada, refira-se uma iniciativa com outros objectivos: o plenário da organização de freguesia de Costa de Caparica, **também no sábado, às 16 horas, no CT do Partido, com a participação de vereadores da APU na CM de Almada.**

Não percam a maior Festa do Ribatejo!

É já nos próximos dias 13, 14 e 15 de Abril que, sob o lema «Dez Anos de Liberdade e Luta», se realizará em Santarém, mais uma **Festa da Primavera.**
Acontecimento de grande significado político, cultural, recreativo e desportivo, afirma-se desde já como uma festa diferente e de qualidade, tendo em conta todo o conjunto de iniciativas programadas.
No entanto, ainda há muito trabalho a realizar. Assim, a DORSA apela a todos os camaradas e amigos que queiram participar na construção da maior festa do Ribatejo para que compareçam nas jornadas de trabalho que se desenvolvam todos os dias, mesmo à noite, e ainda na última e grande jornada no dia 7 e 8 de Abril.
Eis o programa da Festa:

Sexta-feira

20.00 horas: ● Escola de Música. 21.00 h: ● Cinema: «O Destino de um Homem». 21.30 h.: ● Bandas pelas ruas da festa. 22.00.h.: **Palco 25 de Abril**: ● Escola de Música da Sociedade Filarmónica Alpiarcense «1.º de Dezembro»; ● Pedro Carmo – Grupo de Música Africana; ● Guirde.

Sábado

10.00 horas: ● Chinquilho ● Futebol de sete. 11 h.: ● Damas ● Cinema: «A Minha Infância» Cinema: «Outubro». 15.00 h.: ● Desfile folclórico pela cidade; ● Ginástica; ● Simultânea de Xadrez. 15.30 h.: ● Diaporama **1383**. 16.00 h.: **Palco 25 de Abril:** ● Espectáculo de folclore, com os ranchos Avenida – Danças e Cantares de Santarém, Associação Popular de Alcanhões, Danças e Cantares da Chamusca e do Ribatejo, Os Malmequeres do Sorraia, Infantil da Ribeira de Santarém, Jornada «Infantil»; ● Jogos populares. 17.00 horas: ● Cinema «Quem Ameaça a Paz?»; Colóquio sobre a paz, com Albano Nunes, do CC do PCP. 22.00 h.: **Palco 25 de Abril**: Grupo Jornada, Manuel Freire, Júlio Pereira, Fado Amador (23 horas).

Domingo

10.00 horas: ● Chinquilho; ● Ténis de Mesa; ● Futebol de Sete; ● Corrida da Primavera. 11.00 h.: ● Cinema Infantil; ● Palhaços. 11.30 h.: ● Chegada da prova cicloturismo Alpiarça-Santarém. 14.00 h.: ● Leilão de borrachos. 14.30 h.: ● Filme de 25 de Abril; ● Colóquio sobre 10 anos de Liberdade e Luta, com Dias Lourenço. 15.00 h.: ● Bar-Concerto – Música ao vivo, mini-espectáculo: José Jorge Letria, G.E.F. do Orfeão de Abrantes. 17.00 h.: ● Comício com Octávio Pato. 19.00 h.: ● Teatro. 21.30 h.: **Palco 25 de Abril**: G.E.F. de Abrantes, Letria, Maria Dulce, Francisco Ceia e Samuel.

* * *

Outros atractivos da Festa: quermesse, exposições, restaurantes, *stands* de vendas de todo o País, mercado da Reforma Agrária, bons vinhos e petiscos do Ribatejo, leilão de borrachos, desporto, espaço infantil, artesanato ao vivo, colóquio, bar-concerto, diaporama **1383**, ciclo de cinema soviético, etc.

Ainda a jornada nacional de esclarecimento de 23, 24 e 25 de Março

Continuam a chegar à nossa Redacção elementos que confirmam o êxito da jornada nacional de informação e esclarecimento que decorreu, um pouco por todo o País, no fim-de-semana de 23 a 25 de Março.

Apesar do mau tempo que se fez sentir em várias regiões, a jornada contou com a participação de numerosos militantes comunistas que, através de iniciativas variadas, contactaram, esclareceram e levaram a milhares de portugueses as propostas e a análise do Partido Comunista Português no momento actual.

Foram os porta-a-porta, os comícios, as sessões, as caravanas, as bancas, as festas, os encontros, as assembleias (encerrando com comícios e sessões públicas) e todas as outras iniciativas que as organizações do Partido e os militantes tiveram capacidade para realizar. Foram milhares de documentos distribuídos, e especialmente o **Manifesto** ao Povo Português saído da reunião do Comité Central. Foi, ao fim e ao cabo, mais um esforço para derrubar barreiras de silenciamento que os poderosos meios de Comunicação Social controlados pelo Governo erguem todos os dias, para esconder das populações a informação sobre a actividade, as propostas e as ideias do PCP. Foi uma acção política significativa, que demonstrou uma vez mais a determinação e força de vontade na luta pela defesa e consolidação do regime democrático, pela alternativa política e de Governo que o País exige com urgência para a solução dos graves problemas nacionais.

Realizada com vasta participação de militantes nas regiões de grande concentração demográfica — Lisboa, Setúbal, Porto (onde houve um comício com Ângelo Veloso, da Comissão Política do CC) — a jornada foi também vivamente assinalada nas outras regiões do País, das Beiras ao Alentejo, do Minho e Trás-os-Montes ao Algarve, do Ribatejo à zona do Oeste. E também com alguma expressão nas ilhas.

Só no distrito de **Castelo Branco** — aqui mencionado como mero exemplo — a organização do Partido contactou cerca de 15 mil pessoas, com acções significativas nos concelhos da **Covilhã, Fundão, Idanha, Penamacor** e **Belmonte**.

Outro exemplo — este da região de Santarém, também aqui fica. E com uma ideia: é que foi assim, mais ou menos, em todo o País. Evidenciando-se desde já um esforço de acção nos locais de maior concentração colhendo-se ensinamentos para iniciativas idênticas de contacto com as massas, a empreender oportunamente. As acções resultam, desde já, no contacto directo. Por exemplo: entregando mão a mão os documentos. E onde? À saída dos estádios de futebol e outros recintos desportivos, nas feiras e mercados, às portas das empresas, dos cinemas e teatros, etc.

E agora vamos então ao distrito de Santarém:

No distrito de Santarém

A Jornada Nacional de Informação e Propaganda assentou fundamentalmente em distribuições de propaganda («Manifesto» e «Festa da Primavera») com incidência nos dias 23 e 24 nas zonas de maior concentração popular, junto das empresas, mercados, zonas comerciais, estações rodoviárias e ferroviárias.

● Distribuições de propaganda em Mação, Sardoal e Abrantes na MDF, FRA, Victor Guedes, Mercado e Estação Ferroviária do Rossio ao Sul do Tejo.

● **ALPIARÇA**: dia 23, vários plenários nas Cooperativas — Unidade, Goucha, Alfredo Lima, Mouchão do Inglês, Coopiarte e ainda na Câmara Municipal com mais de 250 participantes.

Dia 24 uma brigada de 20 camaradas distribuiu mais de 1000 Manifestos no Comércio, Mercado e «porta-a-porta»; no dia 25 no Casalinho contactaram cerca de 150 pessoas.

● **BENAVENTE**: distribuiram-se mais de 2000 Manifestos no contacto levado a efeito junto dos trabalhadores da Metalúrgica Benaventense, Branco & Carvalho, A. de Matos e ainda em «porta-a-porta» às populações de Benavente, Foros da Charneca, Barrosa e Samora Correia.

● **CHAMUSCA**: cerca de 20 camaradas distribuiram 2000 Manifestos no Mercado em porta-a-porta em vários locais.

De salientar ainda o ambiente entusiástico no Marmeleiro durante o almoço comemorativo do aniversário do PCP, iniciativa iniciada no dia 24 com filmes e convívio, que culminou no dia seguinte com o almoço atrás referido e em que Raimundo Cabral, da C. Política, se referiu a vários aspectos da actual situação, perante os cerca de 200 participantes que só bem ao fim da noite terminaram o convívio.

● **ENTRONCAMENTO**: Vila de grande tráfego ferroviário e de enorme movimento populacional, foi testemunho duma grande acção de propaganda levada a cabo por um grupo de camaradas que distribuiram mais de 2500 exemplares do Manifesto.

● **CORUCHE**: No Mercado desta Vila e em vários «porta-a-porta» nos lugares de Couço, St. Justa, Volta do Vale, Lamarosa, Santana do Mato, Foros da Branca, Feixe, Erra, Foros do Frazão e Fajarda, várias equipas de camaradas distribuiram Manifestos, contactando mais de 3500 pessoas.

● **RIO MAIOR**: Considerada talvez a melhor acção de propaganda até hoje levada a cabo em tão pouco tempo, e em que se contactaram 1000 pessoas com a distribuição do Manifesto e de documentos dos deputados na AR, sobre os problemas com que se debate a população do Sidral e sobre o Centro de Saúde, documentos estes que vêm já como resultado da visita do dia 10 de Março, levada a efeito pelos deputados Dias Lourenço, Luísa Cachado e Álvaro Brasileiro ao concelho de Rio Maior.

● Salientamos ainda importantes acções de propaganda na cidade de Santarém em que foram contactados mais de 2500 pessoas, e em Torres Novas onde cerca de 1300 Manifestos chegaram especialmente a empresas como a Nery, Rodoviária Nacional e Fiação e Tecidos.

A DORSA considera como muito positiva a acção de esclarecimento levada a cabo nos dias 23, 24 e 25 de Março por todo o distrito, onde foram contactadas largos milhares de pessoas.

Camaradas falecidos

João de Lemos Figueiredo

Militante antifascista de longa data, operário, faleceu com 60 anos o nosso camarada João de Lemos Figueiredo, que foi membro da Comissão Concelhia de Alenquer (Distrito de Lisboa) do PCP. Actualmente, estava organizado no C. Local de Alenquer.

António Maurício Cardoso

Carpinteiro reformado, faleceu no passado dia 27 de Março o camarada António Maurício Cardoso, de 62 anos. O camarada era membro da Comissão Concelhia de Almeirim (Distrito de Santarém).

Maria Emília Horta

Num grave acidente de viação ocorrido próximo de Barcelona (Espanha), faleceu a camarada Maria Emília Costa Horta, de 28 anos, casada e mãe de uma menina de 8 anos. Era natural de Espargosa (Mértola) e, juntamente com o seu companheiro, estava emigrada na Suíça. O funeral realizou-se para S. Miguel do Pinheiro (Mértola), no passado dia 24.

Manuel Salvador Cinzas e Luís Boleto

Vítimas de acidente, faleceram em Montemor-o-Novo os camaradas Manuel Salvador Cinzas, de 23 anos, e seu tio Luís Boleto, reformado da CP, do Barreiro. O camarada Manuel Salvador Cinzas era activista e delegado sindical, operário agrícola na UCP Bento Gonçalves e membro do Conselho Municipal de Montemor. O camarada Luís Boleto vivia em Montemor e participava activamente na organização local do PCP.

António Soares Couceiro

Natural de Montemor-o-Velho, militante do Partido desde 1974 e conhecido antifascista, faleceu no passado dia 30 o camarada António Soares Couceiro, de 79 anos. Pessoa muito considerada na região, foi sócio e colaborador de várias instituições e colectividades. Pertenceu ao Centro de Iniciação Teatral «Esther de Carvalho» onde desde a 1.ª hora foi amigo e exemplo para os mais novos. António Couceiro era avô do nosso camarada Henrique Lopes Maranha, membro da Comissão Concelhia do PCP de Montemor-o-Velho.

* * *

Aos familiares dos camaradas falecidos, o colectivo do «Avante!», expressando os sentimentos de todo o Partido, apresenta sentidas condolências.

Poder local

Vitória esmagadora em S. Pedro da Cova

As eleições suplementares para a Assembleia de Freguesia de S. Pedro da Cova, concelho de Gondomar, provocadas pela demissão dos elementos do PS e do PSD em manobra concertada contra a APU que detinha a presidência da Junta, saldaram-se por uma espectacular vitória da Aliança Povo Unido e por uma clamorosa derrota dos outros partidos.

Com efeito, em relação às eleições de 12 de Dezembro de 1982, a APU obteve a maioria absoluta passando de 3086 votos para 4379 (aumento de cerca de 1300 votos) e passando de 8 para 13 mandatos num total de 19, enquanto o PS descia de 2766 para 1524 votos, passando de 7 para 4 mandatos, o PSD descia de 1547 para 761 votos, passando de 4 para 2 mandatos e o CDS, sem nenhum mandato, passou de 290 para 179 votos.

De registar que, em conjunto, os partidos do Governo – PS e PSD – perdem cinco mandatos e quase 2000 votos.

Segundo a SIP do PCP, «os resultados exprimem com enorme clareza que a população de S. Pedro da Cova condenou firmemente as manobras antidemocráticas conduzidas contra a gestão APU pelo PS, levando a reboque o PSD, e representa uma expressiva confirmação do reforço do apoio popular à APU e ao seu trabalho ao serviço das populações».

São, por outro lado — tal como anteriormente, entre outros, os resultados verificados em Redondo — «uma muito séria advertência para o PS, PSD e CDS, no exacto momento em que estes partidos conduzem em importantes autarquias do País intensas operações e manobras de sabotagem e obstrução à gestão da APU que conta com o indiscutível apoio das populações».

São ainda uma inequívoca «condenação popular da gravíssima ofensiva governamental contra o Poder Local democrático e da antipopular e ruinosa política que o Governo PS-PSD vem prosseguindo em todos os planos da vida nacional, designadamente no que respeita ao insuportável agravamento das condições de vida da população».

Por seu lado, a Coordenadora da APU de S. Pedro da Cova sublinha, em comunicado difundido logo após terem sido conhecidos os resultados eleitorais:

«Trata-se de um veredicto popular esmagador, que mostra o enorme isolamento político do actual Governo e dos partidos que o compõem e que ilustra a condenação popular da política que levaram a cabo no País e nos órgãos de Poder Local.

Confirma-se assim nestas eleições a perda significativa, por parte do Governo Soares-/Pinto, de apoio social, político e eleitoral e a justeza da exigência popular de uma nova política e um novo governo.»

Localmente, ainda segundo a Coordenadora de S. Pedro da Cova, «a espectacular vitória da APU exprime o apoio popular crescente ao trabalho abnegado, competente e isento dos seus eleitos na freguesia. Mas exprime também o claro apoio popular à orientação da Aliança Povo Unido que assenta na permanente defesa dos interesses das populações e do Poder Local democrático e no intransigente combate pelo Portugal de Abril».

A Festa

Durante toda a tarde, no Centro de Trabalho do Partido em S. Pedro da Cova o ambiente foi de confiança, de alegria, de festa mesmo.

Para quase todos era certa a maioria absoluta.

Mas havia, naturalmente, uma certa ansiedade, maior nos mais pessimistas.

«Achas que vamos ganhar?» – perguntava uma mulher já de certa idade a um camarada de disposição festiva. – «Ganhar? Tem dúvidas que já temos maioria absoluta?»

Por volta das 7 da tarde começou a impaciência até que chegassem os primeiros resultados. Era preciso confirmar aquela quase certeza. Pouco depois das 19 e 30, com muita gente no largo fronteiro ao CT, que foi pequeno naquela tarde, chegava o primeiro resultado de uma mesa. O camarada que trazia os resultados mal conseguiu sair do carro, mal conseguiu dizer «maioria absoluta».

Logo começaram os abraços, os gritos «APU, APU». Os mais prudentes afirmavam: «Isto é só uma mesa, é preciso ter calma.» Esbaforido, de papel no alto do punho, chegava o camarada com o segundo resultado e só teve tempo de se abraçar ao primeiro camarada que se lhe chegou. E foi assim sucessivamente, 13 vezes, o número de mesas de voto: maioria absoluta.

Mas até os mais optimistas começaram a ficar espantados à medida que os resultados das mesas iam sendo inscritos num mapa comparativo afixado. Não era a simples maioria absoluta. A APU ganhava o dobro dos votos do conjunto dos votos das outras forças! Os abraços sucediam-se, as lágrimas, mesmo. «O povo votou e a APU ganhou» – gritava-se. Era de facto uma espectacular vitória do povo de S. Pedro da Cova e da APU: a APU ganhou não só todos os votos que o PS perdeu como ainda votos de eleitores do PSD e CDS.

«Quem é da terra sabia que o povo de S. Pedro da Cova não podia votar de outra forma» – dizia um camarada.

Frente ao edifício da Junta o povo começou a juntar-se e aí continuou a festa. Enquanto o presidente e outros membros da Junta ultimavam os resultados e outros requisitos oficiais, o povo esperava impaciente para poder saudar os seus eleitos. Por fim, as luzes da Junta apagavam-se, começou a sair gente e aparecia José Alves encerrando as portas do edifício para se juntar à festa do povo na rua.

Homens e mulheres de S. Pedro da Cova, em cada bairro, em cada esquina, esperavam o cortejo da festa para nele se integrar, rodeando, saudando os homens da sua Junta, erguendo em braços o presidente que tinham eleito. Bombos, latas, tachos, tudo serviu à juventude, às mulheres daquela freguesia para manifestarem a sua alegria, numa unidade imensa e contagiante. Foi assim, até às tantas da manhã, a festa do futuro.

Sim, porque a população que colabora com mais de 5 mil horas de trabalho voluntário, uma população que massivamente elege (o nível de abstenção foi semelhante ao de outros actos eleitorais), para dirigir os destinos da freguesia, homens que em 15 meses fizeram mais que anos de governo de outros – uma população assim, tem uma aposta certa no futuro.

«A confiança que o povo depositou em nós, exige-nos maiores responsabilidades»

O camarada José Alves, presidente da Junta, declarou ao «Avante!» que «a confiança que a população de S. Pedro da Cova depositou na APU, expressa através do voto massivo, exige-nos maiores responsabilidades».

«Aproveitando a experiência adquirida, com mais trabalho, com nova e redobrada confiança, estreitaremos as relações da Junta com a população, aprofundaremos os laços que nos unem para continuar o plano de trabalho, para continuar as obras iniciadas, para fazer o máximo no sentido da resolução do maior número possível de problemas da freguesia.» «Tudo faremos para merecer a confiança que o povo de S. Pedro da Cova depositou em nós.»

O camarada José Alves fez, por fim, questão de salientar que este executivo «se continuará a orientar pelos princípios do trabalho com toda a população da freguesia, com todas as pessoas independentemente da corrente política ou de opinião que perfilhem».

Sábado, às 16 e 30

Festa Popular em S. Pedro da Cova com a participação de Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, para comemorar a esmagadora vitória da APU nas recentes eleições locais.

Governo continua a atacar o Poder Local *o garrote em sucessão de decretos*

A publicação no «Diário da República» de três novos Decretos-Leis do Governo em matéria de Poder Local — um que substitui integralmente a Lei das Finanças Locais, um outro de revisão da Lei sobre as atribuições e competências dos seus órgãos e um terceiro legislando sobre a constituição e funcionamento de uma Associação Nacional de Municípios — mereceu da SIP do PCP uma imediata nota condenatória, confirmado que foi na versão final tudo o que, enquanto projectos e nas declarações de intenção dos governantes PS-PSD, vem sendo vivamente denunciado. Trata-se — afirma a SIP — de «mais um **grave golpe assestado na autonomia e democraticidade do Poder Local e no pluralismo dos órgãos autárquicos».**

Com efeito, acrescenta a nota distribuída no dia 30 de Março, «o Dec.-Lei 98/84 de 29/3 que procede à **substituição integral da Lei de Finanças Locais** (1/79) até aqui em vigor, caracteriza-se fundamentalmente por consagrar os esbulhos de que ilegalmente têm sido vítimas as autarquias, colocando o Poder Local numa dependência quase total das maiorias políticas do momento; ampliar as formas arbitrárias e discriminatórias de distribuição de verbas às autarquias pelo Governo e introduzir novos critérios de distribuição, tais como a «orografia» e o «turismo» que conduzirão inevitavelmente a resultados injustos e aberrantes.

«Por sua vez, o Dec.-Lei 100/84 de 29/3, que **substitui a Lei 79/77 sobre as atribuições das autarquias e competências dos respectivos órgãos**, caracteriza-se por impor uma séria diminuição do número de membros dos órgãos autárquicos, restringindo assim a participação directa nos órgãos, deles afastando forças localmente minoritárias mas representativas e limitando gravemente o pluralismo e a representatividade real da sua composição (assim por exemplo, num município com 15 000 eleitores, a assembleia municipal que tem actualmente 35 membros passará a ter apenas 15; o número de membros das assembleias de freguesia e de muitas câmaras também diminuiria consideravelmente); consagrar uma inaceitável diminuição do papel das assembleias municipais e de freguesia; e ampliar injustificadamente o período do mandato dos órgãos de 3 para 4 anos.

«Finalmente, o Dec.-Lei 99/84 de 29/3, **legislando sobre matérias relativas à constituição e funcionamento da Associação Nacional de Municípios**, tendo em conta que se encontra marcado para 19 e 20 de Maio um Congresso Nacional de Municípios para constituírem a sua associação, tem um carácter manifestamente abusivo e contraria a oposição repetidamente expressa pelas autarquias a qualquer ingerência do Governo numa matéria que só deve ser objecto da vontade e decisão soberana dos municípios.»

O Governo prepara o despedimento de milhares de trabalhadores nas autarquias

«Os três gravosos diplomas agora publicados — prossegue a SIP — inserem-se numa vasta ofensiva do Governo PS/PSD para desfigurar radicalmente o Poder Local democrático e que tem, entre outros, como mais grave antecedente, o diploma publicado em 8 de Março sobre delimitação de responsabilidades em matéria de investimentos (que impõe designadamente às autarquias encargos com professores e pessoal do Ensino Básico, com centros de saúde e transportes).

«No quadro desta ofensiva antidemocrática, constituem ainda motivo de profunda inquietação os diplomas que o Governo se prepara para publicar sobre o regime de tutela das autarquias e sobre a reorganização técnico-administrativa dos serviços autárquicos que se anuncia como uma verdadeira lei dos despedimentos dos trabalhadores das autarquias (por exemplo: cerca de 3600 na Câmara de Lisboa, de 600 na Câmara do Porto e de 260 na Câmara de Cascais).

«A obstinada ofensiva do Governo PS-PSD contra a autonomia e a democraticidade do Poder Local constitui uma expressiva confirmação da profunda hostilidade do PS e dos partidos da direita, seus aliados, a todas as grandes transformações fundamentais que são parte integrante e característica do regime democrático consagrado na Constituição.

«O Poder Local democrático, enquanto valioso instrumento de solução dos problemas das populações e importante expressão da participação dos cidadãos na vida nacional, está tão perigosamente ameaçado pela arrasadora política governamental, que se justifica um rápido desenvolvimento da luta das autarquias, dos seus eleitos, dos seus trabalhadores e das populações para travar e derrotar a ofensiva em curso, designadamente, a curto prazo, através de um activo apoio à jornada de protesto marcada para o dia 4 de Abril.»

Caluniar não compensa...

No dia 30 de Setembro do ano passado, durante uma reunião da Assembleia de Freguesia da Abrunheira, no concelho de Montemor-o-Velho, um eleito da APU foi publicamente insultado pelo presidente da Junta, após ter feito uma intervenção no sentido de obrigar a Junta de Freguesia a cumprir a legalidade. Era bem claro o lado de que estava a razão, e tudo se resolveria na altura se o presidente da Junta, também publicamente, pedisse desculpa. O eleito da APU considerava-se atingido na sua honra e dignidade, e não lhe restou outra alternativa senão recorrer aos tribunais.

O desfecho veio agora, por sentença proferida pelo Tribunal de Montemor-o-Velho: o réu reconheceu o crime por difamação e pediu desculpas públicas ao eleito da APU, que este aceitou nada mais pretendendo do réu, condenado evidentemente no entanto a pagar as custas do processo.

Fica como lição...

No domingo

5.ª Conferência de Mulheres do Norte

Um apelo às mulheres dos cinco distritos do Norte para que apoiem a 5.ª Conferência de Mulheres do Norte, a realizar no próximo domingo, a partir das 10 horas, na Escola Soares dos Reis no Porto conclui um documento divulgado a propósito pela respectiva comissão organizadora, o Conselho de Mulheres do Norte.

No mesmo documento se refere a importância das anteriores Conferências — a primeira no Porto, em 1977, depois em Braga, Vila Real e Viana do Castelo — «para a consciencialização das mulheres e sua intervenção na vida social, económica, sindical, cultural e política». O movimento das mulheres foi crescendo no Norte a par e passo dessas e outras acções organizadas e também do agravamento objectivo das condições de vida da mulher: «nunca foi tão difícil depois do 25 de Abril ser mulher, particularmente mulher-mãe, como neste momento».

A Conferência corresponde assim «ao anseio e à expectativa de tantas e tantas mulheres do Norte, num momento em que a degradação das condições de vida, a amargura para a terceira idade, a insegurança de um futuro sem emprego para a juventude, a ameaça de uma guerra nuclear, exigem delas uma forte consciência colectiva e uma persistente combatividade».

Se a tudo isto se somar o desemprego, os salários em atraso, os contratos a prazo que atingem a mulher em primeiro lugar, a oportunidade da Conferência e o apelo que é feito a uma larga participação estão plenamente justificados.

A Conferência centrar-se-á em três temas: emprego, desemprego e condições de vida; protecção à mulher-mãe; protecção às crianças e adolescentes. Haverá um plenário de abertura e um plenário de encerramento e, de manhã e após o almoço, debates nas secções.

Para participar, basta que a inscrição se faça por intermédio de qualquer membro do Conselho — mais de uma centena de mulheres radicadas nos cinco distritos, das mais variadas origens sociais e profissões — ou na Sede, Rua Rodrigues Sampaio, 140, Porto, com o telefone 31 10 56.

Durante os trabalhos funcionará um serviço de apoio às crianças que tenham que acompanhar as mães. Quem o pretenda deverá assinalá-lo na ficha de inscrição.

O almoço pode ser levado por cada participante. Funcionará também um serviço de bar.

Juventude

2.ª Conferência Nacional do Ensino Superior *Enriquecer o debate até ao Congresso*

Com a participação de cerca de 150 estudantes comunistas oriundos das três grandes Academias do País (Lisboa, Porto e Coimbra), de algumas Universidades regionais (caso de Évora), do Ensino Médio (particularmente das escolas do Magistério, Enfermagem e Educadores de Infância) e de estudantes do 12.º ano, decorreu no último fim-de-semana, em Lisboa, a 2.ª Conferência Nacional do Ensino Superior da Juventude Comunista Portuguesa. A análise da situação política e da Universidade e o movimento estudantil, a actualização das propostas da JCP, a definição de direcções de trabalho para a dinamização do movimento e da luta estudantil, a análise da actual situação orgânica da JCP na Universidade, a concretização de algumas propostas fundamentais para o relançamento da organização e para o melhoramento do seu trabalho e da sua intervenção, além da eleição da DCES – Direcção Central do Ensino Superior – da Juventude Comunista, foram temas abordados com vivacidade no decurso dos trabalhos da Conferência, realizada durante a tarde de sábado e no domingo, no Instituto Superior de Economia.

O debate, caracterizado por um ambiente de dedicação e empenho, a que não faltou o tom da amizade e da franca confraternização e do encontro sempre agradável entre camaradas de escolas e de regiões diferentes, decorreu em plenário e também em duas secções que abordaram temas específicos: numa **a actividade e a organização da JCP,** noutra **os estudantes comunistas e o movimento estudantil.**

Realizada sob o lema «Transformar a Universidade e a Vida, alargar e reforçar a JCP», esta segunda Conferência Nacional registou um profundo enriquecimento do seu documento preparatório e aprovou um **Manifesto** onde a JCP apresenta ao movimento estudantil e associativo um conjunto de propostas de acção imediata que propõe para debate entre a massa estudantil (ver texto à parte).

Sobre a situação orgânica da JCP, além da sua análise, que proporcionou a detecção das principais deficiências e insuficiências, a Conferência decidiu a tomada de medidas para o reforço da organização, salientando a necessidade de intensificar o debate sobre questões orgânicas tendo em vista o 2.º Congresso da JCP marcado para Dezembro deste ano.

Refiram-se, a propósito, algumas das conclusões do debate realizado na secção que tratou a situação orgânica e a actividade da JCP na Universidade: ampliar e melhorar a informação e acompanhamento dos estudantes do Secundário e particularmente do 12.º ano, dar atenção à organização da actividade por frentes de trabalho, proporcionar a discussão nacional de assuntos do ensino, proceder a uma melhor distribuição de responsabilidades no âmbito do trabalho de direcção, alargar e dinamizar a discussão dentro da JCP, reforçar o trabalho de formação ideológica, discutir profundamente e com realismo os objectivos de acção, abrir mais o debate com os professores comunistas, ter em conta a necessidade de «explicar as nossas ideias» e de falar dos temas que mais interessam os estudantes.

A «imagem» e a «linguagem» da JCP no meio universitário foram temas em foco durante a Conferência, no quadro das preocupações e da discussão ampla e profunda que vive na organização, não esquecendo que a construção das respostas para as grandes questões em aberto só podem resultar do esforço colectivo em contacto directo com as realidades.

Embora muitos dos aspectos debatidos durante a Conferência necessitem uma abordagem mais aprofundada, esta iniciativa dos universitários comunistas, que decorreu num ambiente nada formal, com frequentes manifestações de boa disposição, representa o início de uma nova fase no seu trabalho e na sua intervenção, estando agora criadas condições para o relançamento da organização e para o avanço na concretização das respostas às questões levantadas pela actividade preparatória da Conferência e pelo debate que a envolveu. Tudo isto tendo naturalmente em conta a necessidade de reforçar a discussão – sem paralisar a actividade e a intervenção da JCP – até ao 2.º Congresso.

Além das alterações ao documento-base e do **Manifesto** – documento este que concentra as conclusões fundamentais da Conferência no que respeita às propostas que os universitários comunistas dirigem a todos os estudantes, ao movimento estudantil e ao movimento associativo – a Conferência aprovou várias moções: de solidariedade com a luta dos povos da Nicarágua e da América Central, de apoio ao desfile unitário de protesto da juventude marcado para o próximo sábado em Lisboa sob o lema **«é preciso que isto mude, outra política para a juventude»**, de saudação ao XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, a realizar no Verão de 1985 em Moscovo sob o lema «pela solidariedade anti-imperialista, a paz e a amizade», e outra moção de apelo à participação nas comemorações do X aniversário do 25 de Abril.

A Conferência elegeu ainda a nova Direcção Central do Ensino Superior, constituída por 24 elementos (dos quais 9 são raparigas), incluindo vários estudantes dos primeiros anos de diferentes cursos.

A Conferência terminou cerca das 20 horas de domingo, tendo intervido na sessão de encerramento o camarada Jorge Araújo, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP. Além de algumas palavras sobre o momento político actual, o dirigente comunista, que fez parte da Mesa da Conferência, avançou um comentário à realização da iniciativa, apontando algumas das deficiências verificadas (caso da falta de actualização de determinados elementos sobre a composição da Universidade nos dias de hoje) no próprio conteúdo do debate, destacou aspectos importantes da situação organizativa da JCP no Superior (uma situação difícil que há que alterar rapidamente mas com coerência) e do movimento estudantil e associativo.

Jorge Araújo salientou igualmente a importância da Conferência para a dinamização do trabalho da JCP na Universidade confirmando a existência de condições para uma recuperação no plano orgânico e para o desenvolvimento da intervenção dos comunistas no plano das lutas nas Academias em *prol dos direitos e aspirações da massa estudantil.*

«Tivemos aqui na Conferência um grande colectivo unido e fraterno... até no futebol» – diria já na parte final da sua intervenção, seguida atentamente pelos participantes.

Depois, os abraços. E as despedidas. Os camaradas de Coimbra e do Porto seguiam para o autocarro que os levaria de volta. Os de Lisboa ficaram mais algum tempo para dar uma ajuda na arrumação das salas.

Propostas de acção imediata

No **Manifesto** aprovado pela Conferência Nacional do E. Superior, a JCP, face à análise da situação estudantil, aponta um conjunto de propostas de acção imediata, dirigido ao movimento estudantil e associativo e que coloca ao debate entre todos os estudantes. Essas propostas evidenciam a necessidade de unir, dinamizar e ampliar a luta estudantil pelos seguintes objectivos fundamentais:

- **Por um justo apoio social estudantil.**
- **Por saídas profissionais dignas e garantia de emprego para os recém-licenciados.**
- **Pela defesa e apoio dos horários nocturnos, pelo direito do ensino para os trabalhadores-estudantes.**
- **Por uma pedagogia ao serviço de uma formação crítica, criativa e científica** (contra a selectividade, o regime de precedências e prescrições e o aumento dos ritmos de estudo).
- **Pela Autonomia Universitária e pela defesa e aprofundamento da gestão democrática.**
- **Pelo reforço de verbas para a Educação, pela defesa e viabilização do ensino superior público e pela descentralização.**
- **Pela demissão do ministro da Educação, José Augusto Seabra, por uma nova política e um novo governo.**

Direitos e garantias das AE's

A Conferência criticou e condenou a atitude das Direcções Associativas, que face ao agravamento das condições de vida e de estudo dos estudantes, pautam a sua actuação de forma aberta ou encoberta pela defesa das posições do Governo, por estrita fidelidade partidária.

A Conferência apontou ainda a necessidade do Movimento Associativo reforçar e afirmar a sua autonomia e independência em relação ao Governo e aos partidos políticos e aprofundar a sua ligação aos interesses da população estudantil e da Universidade.

A consagração legislativa dos Direitos e Garantias das Associações de Estudantes do Ensino Médio e Superior, mereceu a atenção dos trabalhos da Conferência, que:

- Criticou as iniciativas legislativas dos deputados da JS e da JSD, com um carácter de trabalho de gabinete sem terem em conta as ricas experiências de luta obtidas pelo Movimento Associativo ao longo de vários anos.
- Salientou a necessidade da realização de um amplo debate no seio do Movimento Associativo que precede necessariamente qualquer tomada de posição legislativa.
- Pronunciou-se pela consagração legal de direitos e garantias das Associações de Estudantes do Ensino Médio e Superior, que não venham interferir autoritariamente na sua capacidade de auto-regulamentação e não ponha em causa princípios já consagrados pela tradição e realidade da prática do Movimento Associativo.

A Conferência pronunciou-se ainda pela necessidade de reforçar o relançamento do debate em torno das questões de autonomia universitária.

Como principal conclusão da II CNES da JCP ressalta a exigência de uma nova política de ensino, só possível com a demissão de José Augusto Seabra e do Governo PS/PSD.

Trabalhadores

Pelo pão, pelos salários, contra a carestia

A «concertação» na barriga do Governo

- Anunciadas para hoje: paralisações no Metro das 15 às 18 horas – 24 horas na Transtejo, por salários e contratação
- Manifestação dos professores
- Dirigentes sindicais: julgamento dia 9
- III Congresso da Federação do Comércio *(«Suplemento»)*
- Marchas no Porto (dia 14) e em Setúbal contra a carestia e a fome
- Coimbra: anunciada semana de luta entre 9 e 14 deste mês

Professores protestam na rua: Lisboa dia 30 ↑

↓ *Da margem sul para Lisboa: segunda-feira, dia 2*

Nas duas semanas que antecederam as detenções e julgamentos dos sindicalistas em Lisboa, a movimentação sindical incidiu naturalmente nas lutas pelo pagamento dos salários e subsídios atrasados, na recusa da «concertação» pela banda do Governo e, por várias formas, na luta pela contratação colectiva da parte dos sindicatos representativos contra o divisionismo e a submissão à barriga do Governo e à dos que, com ele, se habituaram a comer.

Tornada impossível pelo temporal, a marcha anunciada para domingo no **Porto** foi adiada para sábado, dia 14, enquanto a de **Setúbal** (ver esta página) registava larga adesão. Os objectivos da luta de massas (pão, trabalho, salários, designadamente) tornaram-se ainda mais prementes depois das ameaças de novos aumentos de preços, que o Governo desmentiu para já, mas que se prepara indubitavelmente para impor nos produtos alimentares de maior consumo.

Ficava entretanto marcada para a próxima segunda-feira, dia 9, a continuação do julgamento dos 48 dirigentes e delegados sindicais presos na semana passada, entre os cerca de 300 entretanto detidos pela Polícia.

Na segunda-feira, 3, **vinte mil trabalhadores do distrito de Setúbal** concentravam-se em São Bento, repudiando as prisões e insistindo para que as suas organizações representativas sejam recebidas pelo primeiro-ministro.

Professores, função pública, transportes, metalúrgicos e numerosos sectores de actividade com salários em atraso, por rever há anos, ou com situações profissionais insustentáveis, um ambiente de trabalho degradado, submetidos a constantes pressões e provocações patronais com a ajuda de divisionistas, prosseguem com as formas de luta adequadas e solidarizam-se na perspectiva comum de afastar de vez este Governo e esta política.

Dirigentes nacionais da CGTP-IN, entre eles Álvaro Rana e Armando Teixeira da Silva (da Comisso Executiva da Central), acompanhados por dirigentes da União dos Sindicatos de Setúbal, dos Químicos e dos Metalúrgicos do Sul, **constataram** novamente na segunda-feira passada que o Governo (nomeadamente Mário Soares) não está disposto a dar uma resposta aos «insistentes pedidos de audiência formulados pela Intersindical Nacional».

Dirigindo-se aos trabalhadores que acompanhavam a delegação da Inter, Teixeira da Silva declarou que **«se este Governo insiste em fechar as portas aos trabalhadores, a luta vai continuar até que seja derrubado»**.

As organizações representativas do movimento sindical unitário e as delegações mandatadas pelos órgãos dirigentes continuam a recusar por completo a interpretação absurda do Governo, segundo a qual se trataria de **«manifestações não autorizadas»**. A realidade, embora deturpada por órgãos de comunicação social de audiência praticamente imposta e comandada pelo Governo, é que se trata de **delegações sindicais e representativas acompanhadas naturalmente pelos trabalhadores sem salários, desempregados ou com o emprego ameaçado pela política do Governo.**

Não é a legalidade que está em causa por parte de quem trabalha. Ilegal é, por exemplo, o enorme volume dos salários por pagar. Ilegais são as recusas sistemáticas da parte de autoridades e membros do Governo, quando se trata do exercício de direitos constitucionais.

Em Setúbal marcha pelo pão

Partindo de Grândola, uma longa coluna de trabalhadores agrícolas desempregados da Reforma Agrária e do sector privado palmilhou na última semana a distância que a separava de Setúbal. Transportando bandeiras negras e cartazes onde denunciavam os efeitos da política agrícola do Governo PS/PSD os caminhantes tinham em vista dois grandes objectivos: sensibilizar a opinião pública para a desastrosa situação existente na agricultura e denunciar as causas que lhe estão na origem, designadamente a sabotagem económica dos agrários, os ataques contra a Reforma Agrária e a falta de cumprimento dos Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo que mandam devolver aos trabalhadores as terras roubadas às UCP's/Cooperativas.

Acolhendo das populações, nomeadamente junto das empresas e fábricas da zona, manifestações de solidariedade, o corpo da marcha foi engrossando ao longo de todo o percurso, atingindo o número de cinco mil quando chegou ao largo da Misericórdia, na capital do distrito. Neste local, os manifestantes procederam à entrega, ao governador civil e ao presidente da Câmara, de documentos onde dão conta da grave situação social a que se chegou nos campos da região.

A realização desta Marcha pelo trabalho, pelos salários, pelo pão inseriu-se numa semana de luta que mobilizou milhares de trabalhadores por todo o País, contra a fome e o desemprego, e constituiu uma expressiva afirmação do descontentamento popular que alastra em crescentes camadas e sectores do nosso povo contra a política de ruína e miséria do Executivo liderado por Mário Soares.

Patrões em tribunal

Sindicato de Évora recupera 2100 contos

● *Correm trâmites centenas de processos judiciais*

O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora revela que, entre 1978 e 1983, enviou para os tribunais de trabalho 300 processos dos quais apenas 56 foram resolvidos. Mas no decorrer do ano passado, o Sindicato «obrigou o patronato a pagar 2 122 014 escudos aos trabalhadores por violação dos contratos colectivos de trabalho».

Num apelo à luta pela «aplicação integral do CCT em vigor e pela publicação da portaria de extensão», o Sindicato que elege os seus corpos gerentes no próximo dia 15, reafirma a sua disposição de «pressionar a associação patronal para a negociação das alterações salariais com base na proposta apresentada que inclui os seguintes valores: Grau 1: 23 400$00; 2: 22 200$00; 3: 20 500$00; 4: 19 500$00; 5: 17 500$00; 6: 16 500$00.

No programa de acção apresentado pela lista A é referido, ainda no que respeita a acção do Sindicato, que «nos processos relacionados com a Previdência (Segurança Social), durante o ano de 1983 foram desbloqueados 77 casos no valor de 145 861$00.

A lista A, patrocinada pela direcção do Sindicato de Évora, recorda a propósito que o Governo Soares/Mota Pinto «permite ao patronato que aumente a dívida à Segurança Social em cerca de 1 milhão de contos por mês», o que põe em risco de «ruptura financeira» aqueles serviços.

Direito ao trabalho

«Actualmente mais de 6500 trabalhadores agrícolas não têm trabalho» no Distrito de Évora. «Famílias inteiras estão a passar mal, com fome», refere o programa da lista A. Denunciando a ofensiva «destruidora e criminosa» do Governo antinacional, o programa de acção do Sindicato acrescenta que perto de «200 herdades e 90 barragens e charcos, propriedades entregues de mão beijada aos agrários depois de retiradas pela força aos trabalhadores, estão agora abandonadas e subaproveitadas.

«Lutar pelo direito ao trabalho» é um dos principais rumos orientadores da lista. O seu programa inclui a continuação do desbloqueamento dos «processos acumulados nos **Centros de Emprego**» e a resolução de outros, por forma directa, «tal como em 1983 se resolveram 212 casos no valor de 7080 contos».

Entre as **soluções para o desemprego**, cujo crescimento foi ainda recentemente assinalado durante as marchas promovidas pelos Sindicatos da Zona, os candidatos da lista A referem as terras abandonadas, que foram entregues aos agrários sem que por isso estes começassem a cultivá-las.

As terras nessas condições devem ser entregues aos trabalhadores e aos camponeses, pequenos agricultores sem terra (ou com pouca) para cultivar.

Os candidatos da lista A, apoiados pela actual direcção, apontam ainda entre as soluções para o desemprego o termo da ofensiva contra as UCPs/Cooperativas; que a lei seja respeitada e se reponha a legalidade sempre que tenha sido afectada em matéria de Reforma Agrária e do cumprimento da Constituição; que seja seguida «uma política democrática, com base no desenvolvimento e apoio à nossa agricultura; que sejam aproveitados os recursos naturais».

Com o apoio dos outros trabalhadores das regiões afectadas pelo desemprego, os assalariados rurais devem «ir trabalhar as terras e as águas que estão abandonadas» — aconselha o programa de acção da lista A apelando à intensificação da luta «através de delegações, concentrações e outras formas de protesto».

Quanto aos falsos «projectos-piloto de combate ao desemprego», os trabalhadores candidatos da lista A reafirmam que eles «só servem para encher mais os bolsos ao grande patronato», pois, «só no Distrito de Évora, de Janeiro a Junho de 1983, os agrários receberam 50 mil contos» através dos Centros de Emprego que estão «ao serviço do patronato contra a legislação laboral e o CCT em vigor».

Acção sindical / LUTAS / Actividades

• *Santarém – salários e subsídios em atraso:* com a situação social no distrito a degradar-se diariamente, o movimento sindical unitário anuncia êxitos obtidos pela unidade sindical na Secção Regional do SNTCT (telefones, correios e telecomunicações) e no Sindicato do Comércio e Serviços. Ao mesmo tempo, e apenas em referência à penúltima semana de Março, registavam-se em *23 empresas* do distrito *84 meses de salários em atraso* (3691 trabalhadores; total das dívidas 99 501 contos) e subsídios atrasados em *19 empresas* (2464 trabalhadores atingidos/142 698 contos é o total da dívida do patronato). *Desemprego*: aos milhares (recente concentração em Santarém; previstas outras, designadamente em *Torres Novas). Despedimentos:* mais de 600 na *MDF (Tramagal), Compal* (100) *Fiacção de Tomar* (100), *Função Pública* (150 das ARS). Há ainda despedimentos já concretizados, e ameaças no mesmo sentido, na *Olimar, Nobres, João Henriques, Ducano* e *João Salvador.* Nos sectores metalúrgico e agrícola estão marcadas *eleições sindicais* para 16 e 20 de Maio, respectivamente.

• *Paralisação nos transportes rodoviários de mercadorias:* sobre a greve de segunda-feira, dia 2, dois factos a caracterizam, segundo a FESTRU: «primeiramente, a *paralisação a cem por cento* de grandes empresas como a *Transfec, Transportes Pedrosa, Transportes Freitas e Araújo,* além de muitas outras pequenas e médias empresas, a dar uma nota da determinação dos trabalhadores e uma evolução positiva face à greve anterior» (27 de Fevereiro findo). «Em segundo lugar», acrescenta a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos, «e com maior incidência no Norte do País, o facto de numerosas empresas terem procedido "motu próprio" (isto é: por sua iniciativa) a aumentos salariais da ordem dos *vinte por cento,* tirando assim o tapete à respectiva associação patronal – a ANTRAM – que, com cobertura do Governo, continua a opor-se a aumentos superiores a *dezasseis por cento,* ao mesmo tempo que pretende «alargar a definição das *funções de motorista* (para acabar com os ajudantes) e que novos aumentos salariais só vigorem lá para Junho ou Julho. Está demonstrado o irrealismo das posições da ANTRAM». Acrescenta a comissão executiva da FESTRU: «Estão criadas as condições *(caso esta associação tome uma atitude responsável e dialogante)* para que a fase de conciliação, em que se encontra o processo de revisão do CCT do sector, resolva o conflito na base de um aumento salarial justo, a aplicar desde 1 de Fevereiro, nos termos do contrato colectivo de trabalho.»

• *Coimbra – direito à saúde:* com entrada em vigor (1 de Março findo) do *Decreto-Lei 41/84/PS/PSD* «vão ser lançados no desemprego trabalhadores que desempenham funções insubstituíveis nos hospitais e noutros serviços de saúde: enfermeiros, técnicos de raios X, técnicos de laboratório, de cardiologia, dietistas, empregados administrativos e auxiliares», alertava recentemente o Organismo de Direcção do Sector da Saúde de Coimbra do PCP.

• *Arsenal e outros estabelecimentos militares:* «Longe de apresentar qualquer melhoria, a situação nos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas em geral e no Arsenal (do Alfeite) em particular vai-se degradando. Vai-se agravando para os trabalhadores, que vêem o seu dia-a-dia tornar-se cada vez mais difícil face a um aumento do custo de vida incontrolado e insustentável, face ao aumento da repressão que sobre eles se abate. Mas vai-se agravando também para os próprios Estabelecimentos *(EFFAS)* votados à incompetência e ao desinteresse dos seus gestores e confrontados como estão com uma política de desastre nacional, de desmembramento do sector empresarial do Estado», sublinhava recentemente o Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas.

• *Oliveira do Hospital – salários em atraso:* não é apenas nas grandes zonas industriais que há trabalhadores nessa situação. Os 150 mil (total apurado pela CGTP-IN, e que tende a aumentar) incluem também trabalhadores deste concelho: empresas como a *Iral, Montanha, Eurofasto, Eurovestte* não pagam salários há meses, denunciava em 27 de Março findo a Comissão Concelhia de Oliveira do Hospital do PCP, apelando à *luta persistente, pois só ela «poderá pôr termo à escandalosa situação dos salários em atraso»*, designadamente obrigando «o Governo PS/PSD a concretizar e tomar medidas efectivas para a sua resolução».

• *CGTP-IN – Tempo de antena:* reclamando junto do Governo e da Assembleia da República a ampliação dos tempos de antena das organizações sindicais para *360 minutos/ano (rádio) e 120 minutos/ano (televisão),* o Plenário Nacional da CGTP-IN, reunido em 28 do mês passado em Lisboa, aprovou uma moção onde responsabiliza o Governo *(«que domina as administrações da RDP e RTP e tem a maioria no Conselho de Informação para a RDP»).*

As oferendas da UGT

Com o patrocínio e a boa adesão do Governo e do CDS e o aplauso surdo das «forças vivas» do grande patronato, terminava domingo em Lisboa o III Congresso da UGT. O emblema lá ficou no Pavilhão dos Desportos com a presença de Mário Soares: «Emprego e Justiça Social para Todos». Esperamos verdadeiramente todos que essa ameaça não saia de lá, porque empregos destes já os ofereciam os ministros de D. Carlos (o primeiro e o único) aos caciques da província; e da justiça social, como esta, se encarregava a polícia, naqueles tempos também. Mas vindo para mais perto e recordando aqui o que diz a direcção do **Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Évora** a «UGT, sob o comando da CAP e dos agrários, com a cobertura antidemocrática e ilegal do Ministério do Trabalho, aparece a dizer que tem um sindicato formado»... Foi ele um dos que esteve no III Congresso sob uma sigla qualquer. Os que ofereceram nabos e cenouras à mesa da presidência e aos «locutores» da televisão bem podem continuar no **cortejo de oferendas**. A maioria irá por outro caminho: o caminho da unidade.

Proletários de todos os países: UNI-VOS! Avante!

Internacional

AMÉRICA CENTRAL

O fracasso do «progresso» ditado pela Casa Branca

...É perfeitamente legítimo que os Estados Unidos, com os direitos que lhes advêm de ser a mais velha democracia do hemisfério ocidental, revelem interesse em estimular o progresso e garantir a segurança dos países da América Central (...).

Não se trata de uma anedota de mau gosto, embora pareça. É apenas mais um contributo para a propaganda imperialista, desta vez dada à luz pela secção de imprensa da embaixada norte-americana na Grã-Bretanha, através de uma brochura onde se afirmam os maiores dislates sobre a situação na América Central, tal como a que se segue: (...) **o regime salvadorenho manteve a promessa feita nas eleições e está a introduzir, intensivamente, reformas democráticas no país...**

Acontece porém que nem o famoso «humor inglês», sempre tão subtil, conseguiu perceber a «graça» da referida publicação; pelo menos a fazer fé na reacção do jornal «The Tribune», onde a iniciativa da embaixada norte-americana foi classificada como **falsa propaganda.**

Fundamentando a sua posição, o artido referente ao assunto recordou que **nos últimos 150 anos as tropas norte-americanas invadiram 60 vezes essa região, reprimindo os movimentos de libertação nacional e instalando regimes ditatoriais favoráveis a Washington** (...) sendo justamente por isso que **na América Central, hoje em dia, há ainda mais de sete milhões de pessoas que não têm trabalho, mais de oito milhões que (sobre)vivem em condições de autêntica miséria e mais de doze milhões não possuem casa.**

A juntar a estes elucidativos exemplos do «progresso» promovido pela «mais velha democracia», informações recentemente divulgadas pelo Pentágono revelam os meios utilizados para o conseguir.

A publicação reaccionária «O Dia» afirmava na sua edição da passada segunda-feira que **a administração Reagan está a preparar uma política global de combate ao terrorismo internacional, incluindo o uso no estrangeiro de comandos antiterroristas.**

Os planos, que Reagan poderá assinar ainda este mês, estão a ser elaborados pelo serviço especial do Ministério da Defesa para a coordenação de operações de Forças Especiais de Ataque Rápido. Não se trata na verdade de nada de novo, como um porta-voz do Pentágono salientou, fazendo notar que **os EUA treinaram forças de todos os seus ramos das Forças Armadas para o tratamento de incidentes terroristas.**

O que interessa aqui assinalar é que apesar daquele porta-voz ter dito não querer dar mais pormenores respeitantes às circunstâncias em que essas forças poderão ser empregues, fontes citadas pelo insuspeito «O Dia» são de opinião que **Reagan levantará em breve a actual proibição de assassinatos de terroristas no estrangeiro e tomará medidas para melhorar a capacidade americana de ataque a campos e bases terroristas, em alguns casos numa base preventiva, antes de qualquer ataque ter sido desferido por eles!**

Parece por demais desnecessário lembrar o que para os Estados Unidos significa o termo terroristas, bem como a desfaçatez com que certa imprensa portuguesa dá com a maior das naturalidades conta dos planos agressivos do imperialismo. Basta olhar para o que se passa na América Central e tirar conclusões quanto aos resultados do contributo norte-americano para a «democracia e o progresso».

O Chile em pé de guerra

A ditadura fascista de Pinochet — instaurada em Setembro de 1973 graças aos bons serviços da CIA — sobrevive desde há algum tempo na mais completa instabilidade. Após o período da repressão desenfreada, das mortes, torturas, perseguições e terror arvorado em política de Estado, o fascismo chileno acreditou ter criado as condições para aparentar uma amostra de democracia à americana. Mudar de face sem alterar o conteúdo.

O fracasso do método é tão evidente que custa a perceber como pode o imperialismo continuar a não se aperceber da importância vital dessa força que quase sempre menospreza — o povo.

Contra as falsas «aberturas» democráticas de Pinochet o pòvo chileno vem erguendo a sua voz em jornadas de protesto nacional que crescem e se alargam cada vez mais. Os resultados estão aí. Na véspera da oitava jornada de protesto, no dia 26 do mês passado, Pinochet impõe de novo o recolher obrigatório e lança as forças repressivas contra as figuras mais destacadas do movimento democrático; as vagas de prisões que antecederam a jornada, o patrulhamento das ruas, o estado de emergência em vigor em todo o país mostraram-se inúteis face à determinação popular.

A jornada de dia 27 foi mais do que um libelo acusatório contra o regime fascista; foi a prova indesmentível de que no Chile a luta pela democracia ganhou já raízes tão fundas que *não existe repressão que* as possa extirpar.

E a repressão não faltou: pelo menos sete pessoas morreram vítimas da bestialidade policial, um número indeterminado ficou ferido e as prisões contam-se às centenas.

De então para cá os confrontos entre a população e a polícia de choque repetem-se todos os dias. Bem pode Pinochet dizer que os acontecimentos no país se devem a «um plano de subversão comunista», que já não convence ninguém, a começar pelos seus aliados e pelos sectores mais insuspeitos da sociedade chilena.

No mesmo dia em que Pinochet arvorava a velha bandeira do anticomunismo, monsenhor Ignácio Gutierrez dizia em conferência de imprensa que a oitava jornada de protesto havia sido **a mais importante e massiva de todas as realizadas até agora, caracterizada por uma forte abstenção escolar, drástica redução dos transportes públicos, manifestações de rua e intenso barulho de tampas e panelas.**

Para a causa da gravíssima situação interna o prelado não necessitou de procurar muito: **a penúria causada pelo desemprego, a falta de participação, a repressão e a existência de organismos que têm pouco respeito pela pessoa humana estão na origem da espiral de violência no Chile.**

A aposta norte-americana no sangrento regime de Pinochet falhou completamente. A ditadura no Chile é já um cadáver adiado cada vez mais incómodo até para os Estados Unidos. A luta popular pela democracia está agora centrada no seu aniquilamento. Sem perder de vista que o imperialismo não deixará de usar todos os meios para uma vez derrotado Pinochet tentar salvar o essencial do regime.

O que de resto faz parte da noção de «progesso» da administração Reagan.

Salvador, o melhor exemplo

A fantochada das eleições presidenciais em El Salvador foi tão completa que seria quase desnecessário insistir no assunto... não fora *ele constituir para Reagan um argumento de* peso para a manutenção da sua política na América Central.

Mais do que as denúncias das forças patrióticas, dos jornalistas internacionais e dos observadores norte-americanos ao pretenso escrutínio, a máquina governamental montada para o efeito se encarregou de desmascarar o arremedo eleitoral salvadorenho.

A publicação dos resultados mais de uma semana depois do escrutínio, a par do reconhecimento da série de ilegalidades cometidas e das ameaças dos «esquadrões da morte» do dirigente fascista Robert D'Aubuisson, falam por si da «seriedade» de um acto (com *carácter obrigatório) com que se pretende institucionalizar um poder contestado pelo povo em* armas e que não controla mais que uma pequena parcela do país, apesar da ajuda americana.

O que não impediu o principal responsável da «mais velha democracia do hemisfério ocidental» de fazer aprovar no senado mais um financiamento de 64,7 milhões de dólares para apoio militar ao governo salvadorenho.

Segundo a administração Reagan, é absolutamente necessário o novo auxílio militar a El Salvador, para que o exército possa garantir a segurança do resto do processo eleitoral (a segunda volta das presidenciais). Não deixa de ter razão. Sem os Estados Unidos, que equipam, treinam, armam e orientam o exército salvadorenho, há muito que o regime estaria liquidado. Pode mesmo dizer-se que os seus sucessivos fracassos para travar a acção patriótica dos guerrilheiros da Farabundo Marti não abonam nada a favor da crescente ajuda, paga pelo povo americano.

O que coloca cada vez mais na ordem do dia o perigo de uma intervenção directa dos Estados Unidos em Salvador e na Nicarágua.

A realização das manobras militares «Granadero-I», a decorrerem desde o passado dia 1, concentraram na região o maior número de forças norte-americanas dos últimos anos. Um ensaio para futura intervenção? Um prelúdio provocatório à procura dum pretexto que a justifique perante a opinião pública internacional?

O boicote à Nicarágua e os desmentidos do Panamá e Guatemala

A minagem das águas nacionais da Nicarágua pelos Estados Unidos, que afectaram já diversos navios das mais diferentes nacionalidades, *está a provocar a repulsa generalizada da comunidade internacional.*

O perigo que representa para a navegação internacional a colocação de minas aquáticas junto às costas da Nicarágua, que como as autoridades sandinistas têm alertado podem danificar não apenas os navios que pretendem acostar em território nicaraguense mas mesmo qualquer outro, uma vez que as minas podem ser arrastadas para o largo pelas correntes marítimas, está a transformar esta inqualificável forma de bloqueio num pau de dois bicos. Países aliados de Washington, ainda que não partilhando as mesmas posições em relação à política americana para a região centro-americana, têm os seus *barcos à mercê de minas que a todo o momento poderão originar graves danos, tanto em materiais como em vidas humanas.*

Esta forma de bloqueio — utilizada já sem sucesso pelos norte-americanos na guerra do Vietname — constitui assim mais uma prova do desespero do imperialismo face ao avanço da revolução sandinista. Um desespero que pode conduzir a actos suicidas e deixa cada vez mais isoladas as forças que conhecem apenas a linguagem da guerra.

É curioso assinalar o desmentido oficial feito pelo Panamá e pela Guatemala quanto à participação da respectivas forças armadas nas manobras «Granadero-I». Anunciada pela secretaria da Defesa norte-americana, a participação dos dois países foi desmentida na Cidade do Panamá, tendo a propósito salientado o presidente da República panamiano que **o governo do seu país reitera a sua adesão aos princípios da convivência pacífica e ao respeito pelos princípios do Direito Internacional que regem a vida dos Estados.**

Aos Estados Unidos resta assim — por enquanto — a cobertura que lhe é dada pelas Honduras. Após o golpe palaciano registado esta semana naquele país, onde o até agora principal aliado do imperialismo e os seus seguidores (o general Gustavo Alvarez, chefe das *Forças Armadas*) foram expul*sos do país é prematuro esp*ecular sobre a evolução inte* hondurenha.

Transformada em base militar dos EUA, zona-chave para os ataques a Salvador e Nicarágua, as Honduras estão submetidas a uma forte pressão, onde as contradições internas não param de se acentuar. Uma mudança — possível embora difícil — seria um rude golpe para os Estados Unidos.

À beira das eleições, Reagan tem para apresentar ao seu eleitorado um punhado de fracassos... e um isolamento no continente que os norte-americanos não podem deixar de pesar.

Enquanto no Chile a ditadura recorre desesperada à repressão brutal inaugurada em 1973, em Salvador os trabalhadores em greve estão sob a vigilância permanente da polícia. São os caminhos ínvios para a democracia à americana

Mísseis nucleares

Só a NATO os defende

Os ministros da Defesa da NATO, reunidos na Turquia, debatem o prosseguimento da instalação dos novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa. Entretanto, na Grã-Bretanha, na base de Greenham Common, procede-se a exercícios para «familiarização» do pessoal da base com os mísseis *Cruise* já instalados. Face às reticências governamentais encontradas na Holanda (que reflectem um forte movimento popular), os EUA, muito «democraticamente», multiplicam pressões para a aceitação da instalação dos *Cruise.*

Simultaneamente prossegue a resistência dos povos dos vários países europeus escolhidos como base de agressão e alvo pelos estrategas do Pentágono, contra a instalação dos mísseis. Em Londres a polícia reprimiu brutalmente uma manifestação na base aérea de Upper Heyford, Oxfordshire. Mais de mil pacifistas oeste-alemães bloqueiam os vários acessos ao aeroporto militar de Guetersloh, no noroeste da RFA. Na Holanda, o Conselho das Igrejas dos Países Baixos pronuncia-se contra a instalação dos Cruzeiro no país. No Japão, duas mil pessoas manifestaram-se em Yokosuka, onde se encontra uma base naval norte-americana, como forma de protesto contra a decisão dos EUA de dotarem os seus navios de guerra com mísseis de Cruzeiro. Na Grécia, manifestantes saíram à rua para se opor a novas pressões dos EUA sobre o governo grego.

O carácter antipopular — mesmo anti-humano — da política de Reagan, conta também com a oposição de especialistas e cientistas que participaram na criação das armas holocáusticas hoje nas mãos da Casa Branca.

Um exemplo. Recentemente, o jornal italiano «Passe Sera» publicou uma carta aberta de Thomas Simmer, criador dos mísseis americanos «Cruise», dirigida ao presidente italiano e ao Papa João Paulo II.

Simmer afirma, com uita clareza, que a instalação dos «Cruise» «provocará uma mudança completa da concepção nuclear, que da "contenção mútua", mantida durante 38 anos, se passará à estratégia e contra-estratégia do primeiro golpe».

Diz ainda que «os Cruise" foram criados com o objectivo concreto de desfechar um golpe contra mísseis soviéticos ainda em silo. Desfechar um golpe contra um silo onde está um míssil do adversário já é sinónimo do primeiro golpe».

Simmer destaca também que não tem sentido o argumento de que os «Cruise» são uma resposta aos «SS-20». «Qualquer meteorologista sabe que os russos não podem desfechar um golpe contra os países europeus utilizando mísseis SS-20. Com efeito, a rotação da Terra dá origem a ventos preponderantes de oeste para leste. Se os russos provocassem uma explosão sobre a Europa, tais ventos levariam consigo tanta chuva radioactiva para o território da União Soviética, que liquidariam aí toda a forma de vida».

«Apenas quatro dos dez países membros da NATO deram "luz verde" à instalação dos mísseis americanos no seu território controlados pelo governo americano» — sublinha Simmer.

Um eloquente testemunho de quem sabe do que fala.

Política Externa

Onde vamos parar?

«Portugal é um aliado de confiança dos Estados Unidos e estratégicamente importante», afirmou, em vésperas da visita de Mário Soares aos EUA, o secretário adjunto de Estado para o auxílio de Segurança, William Schneider. Substituindo o termo Portugal por governo português, estamos inteiramente de acordo. Sem dúvida a política externa prosseguida pelo actual Governo merece toda a confiança do imperialismo norte-americano. Sem dúvida — no quadro dessa política — Portugal está de facto reduzido, para Washington, para o Pentágono, a mero ponto estratégico importante.

É tão grave a situação que nesse plano (e noutros) está a ser criada, que em recente nota da SIP do PCP, sobre a projectada instação de uma estação de radar no nosso país, se afirma estarmos a viver **«um dos períodos mais sombrios em matéria de política externa, considerando não apenas o período depois do 25 de Abril, mas, também, com alta probabilidade, as últimas décadas da vida nacional»** (ler noutra página).

Deste sombrio período queríamos destacar dois exemplos particularmente actuais.

Estação de rastreio em lugar incerto

Na sua bagagem de caixeiro-viajante, de quem anda por esse mundo imperialista a vender a posição estratégica ou a mão-de-obra barata do País, mais as facilidades de investimentos e exportações de capitais na forja, Mário Soares trouxe dos Estados Unidos o compromisso para a instalação de uma estação de rastreio de satélites a ser instalada não se sabe bem onde (o texto do acordo assinado no Palácio das Necessidades não foi divulgado). O acordo definitivo será assinado dentro de 2 ou 3 meses, ou durante a visita prevista de Weinberger a Portugal, em Abril. Para Mário Soares, aliás, a luz verde do Governo à instalação da estação não coloca quaisquer problemas. A resposta é muito simples e linear: «quando fôr necessário».

E no entanto, a estação de rastreio espacial (ou as estações...) a instalar no nosso país, está bem longe de ser uma estrutura passiva, pacífica, virada para a investigação científica. Antes faz parte de um complexo (que actualmente incluiu duas nos EUA e uma terceira na Coreia do Sul), destinado a receber e transmitir informação ao Centro de Defesa Espacial, instalado no quartel-general do NORAD — que Soares tão embevecidamente visitou —, em estreita ligação com os satélites espiões norte-americanos.

Basta recordarmos a gravíssima provocação norte-americana concretizada pela utilização de um avião comercial japonês, com a adequada cobertura de um satélite espião — para compreendermos em que domínios se pretende introduzir o nosso país.

Mas, sobretudo, esta rede integra-se nos planos de uma guerra no espaço, de que o Pentágono nem sequer faz segredo, e que incluem o projecto de criar um sistema de defesa e capacidade de destruição tal, que assegurasse a (impossível) vitória ao atacante. De salientar que, como vai sendo universalmente reconhecido, toda a filosofia de defesa «norte-americana» reside actualmente no ataque.

É neste tipo de projectos que, por mão do Governo de Soares, Portugal está a ser envolvido, tornando-se assim alvo prioritário na hipótese de uma guerra nuclear e simultaneamente cúmplice e peça de uma estratégia suicida de holocausto total.

O povo português não quer assumir nem o papel de agressor, nem o de vítima. No entanto são esses os papéis que nos estão a ser atribuídos, com todo o àvontade, como se se tratasse da solução de questões correntes e não problemas políticos de fundo, que colocam em causa a soberania e a própria sobrevivência nacional.

Apesar disso Jaime Gama atreve-se a comentar que, na sua óptica, estes acordos são importantes porque dão «um forte impulso renovador à amizade luso-americana em áreas estratégicas para o nosso desenvolvimento, como a pequisa científica, a inovação tecnológica, a criação cultural e a cooperação financeira e empresarial».

É caso para dizer que bem dispensamos tal ciência e técnica, tal forma de cultura — pois o seu objectivo é a guerra. Como no plano «financeiro e empresarial», é da entrega do nosso país à exploração das multinacionais que se trata.

Pode ser que para o Governo PS/PSD seja uma «honra» encontrarmo-nos em segundo lugar, no montante das «doações» dos EUA a países da Europa (o primeiro é a Turquia). Ou sermos o segundo país a aceitar a instalação de uma estação de rastreio deste tipo (o primeiro foi a Coreia do Sul...). É possível que tal se insira num conceito de «pragmatismo« em política externa, ou melhor dizendo, de «gestão» da soberania nacional. Mas sem dúvida entra na mais flagrante oposição com os interesses e o querer do povo português.

Ingerência tem muitas formas

O sr. Helmut Kohl, chanceler da RFA, esteve em Portugal. Para tratar de negócios — os negócios das multinacionais com sede em Bona. E para falar de política — não só do que respeita a relações bilateriais ou aos grandes problemas internacionais (domínio em que pelos vistos se registou a mais ampla coincidência de pontos de vista...), mas também de política interna portuguesa. O que não pode deixar de ser considerado como uma inequívoca forma de ingerência.

No quadro do que considera os «numerosos problemas» de Portugal menciona «problemas económicos e sociais, tais como o desemprego, as reformas agrária e económica e também a sabotagem e a agitação promovidas contra a democracia por elementos com intenções inimigas». Acrescentando — quase nos atreveríamos a dizer, muito oportunamente — que Mário Soares «escolheu o caminho certo para resolver esses problemas» e que, em tal caminho «pode contar com o apoio dos seus amigos».

Palavras certas pronunciadas pelo dirigente de um país onde é legal lançar no desemprego quem se pronuncie contra a política oficial, se apresente em candidaturas do DKP (Partido Comunista) ou muito simplesmente milite activamente no amplíssimo movimento da paz na RFA.

Palavras não menos esclarecedoras foram as proferidas por Mário Soares, quando elogia o chanceler democrata-cristão por, contra a vontade expressa do povo oeste-alemão, ter aceitado a implantação dos mísseis norte-americanos no seu país, em nome da «defesa dos valores» em que Kohl e Mário Soares comungam e que, segundo este, «não é conciliável com políticas complacentes ou suicidas, inspiradas em correntes ditas pacifistas mas que revelam do puro capitulacionismo perante o eventual agressor».

Serão dispensáveis comentários a tais afirmações.

Mas vale a pena relembrar aqui que, segundo o «Expresso», entre as novas facilidades que o Governo português se propõe conceder aos Estados Unidos, se poderia vir a incluir a «instalação ou reabastecimento, em situação de crise, de bombardeiros estratégicos transportando armas nucleares». Instado a pronunciar-se sobre tal hipótese, Richard Burt, secretário de Estado adjunto norte-americano para Assuntos Europeus, afirmaria: «Não vou especular sobre eventuais propostas futuras. É ainda cedo para falarmos sobre esse tipo de questões».

Palavras e factos que dão que pensar. De cedência em cedência — ou de conivência em conivência — aonde vamos parar se este Governo permanecer muito mais tempo em S. Bento?